



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIANA ZEFERINO DOS SANTOS

**O DINAMISMO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DO BRASIL E DA CHINA
ENTRE 1990 E 2017: Um recorte para o setor de têxteis e confecções**

CARUARU

2019

MARIANA ZEFERINO DOS SANTOS

**O DINAMISMO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DO BRASIL E DA CHINA
ENTRE 1990 E 2017: Um recorte para o setor de têxteis e confecções**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Ciências Econômicas da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Bacharelado em Economia.

Área de concentração: Economia
Internacional.

Orientadora: Prof^a. Dra. Monaliza de Oliveira Ferreira.

CARUARU

2019

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

S237d Santos, Mariana Zeferino dos.
O dinamismo do comércio internacional do Brasil e da China entre 1990 e 2017: Um recorte para o setor de têxteis e confecções. / Mariana Zeferino dos Santos. – 2019. 62 f. ; il. : 30 cm.

Orientadora: Monaliza de Oliveira Ferreira.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2019.
Inclui Referências.

1. Comércio internacional. 2. Concorrência. 3. China. 4. Competitividade. 5. Setor têxtil. I. Ferreira, Monaliza de Oliveira (Orientadora). II. Título.

CDD 330 (23. ed.) UFPE (CAA 2019-230)

MARIANA ZEFERINO DOS SANTOS

**O DINAMISMO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL DO BRASIL E DA CHINA
ENTRE 1990 E 2017: um recorte para o setor têxtil e de confecções**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Ciências Econômicas da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Bacharelado em Economia.

Aprovada em: 11/07/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^{o(a)} Monaliza de Oliveira Ferreira
(Orientadora)
Núcleo de Gestão
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^{o(a)} Márcio Miceli Maciel de Sousa
(Examinador Interno)
Núcleo de Gestão
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^{o(a)} Leandro Willer Pereira Coimbra
(Examinador Interno)
Núcleo de Gestão
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A vida é feita de ciclos, e a conclusão deles vem sempre repleta de novas perspectivas e sonhos. Durante essa jornada de graduação, algumas pessoas foram essenciais para viabilizar esse sonho.

Dessa forma, agradeço aos meus pais, Vilma e Celso, pelo amor, apoio e incentivo incondicional. Por serem meu exemplo de garra e determinação, por terem me oferecido um forte alicerce e uma vida cheia de oportunidades.

Ao David, por toda compreensão, paciência e carinho. Por tornar essa caminhada mais fácil e manter meus pés no chão.

Aos bons amigos de turma, que tornaram a graduação algo mais leve e divertido.

Aos professores, por ensinarem mais do que se poderia aprender nos livros.

À minha orientadora, Monaliza Ferreira, que possibilitou minha entrada no incrível mundo da pesquisa, além de enriquecer meus trabalhos com seus valiosos comentários.

Aos professores Márcio Miceli e Leandro Coimbra, membros da banca examinadora, pela contribuição na minha formação acadêmica e pelas relevantes sugestões ao trabalho.

E à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (*PROPESQ*), pela bolsa de Iniciação Científica.

RESUMO

Em um mundo cada vez mais globalizado, o aumento da competitividade é considerado um objetivo a ser constantemente perseguido. Nesse contexto, a indústria têxtil e de confecções se destaca no Brasil por ser o 2º maior empregador da indústria de transformação, além de ter a China como líder global e principal concorrente do setor. A fim de explorar essa conjuntura, o objetivo do trabalho foi analisar o dinamismo do comércio internacional do Brasil e da China entre os anos de 1990 e 2017. Especificamente, buscou-se desenvolver a matriz de competitividade, desenvolvida originalmente por Fajnzylber e Mandeng, usando como base os mercados Mundo e Mercosul. Para isso, a base de dados utilizada foi o TradeCAN, aplicação que implementa a metodologia de análise competitiva apresentada pelos autores supracitados. Os resultados demonstraram que no setor têxtil e de confecções, o Brasil perdeu espaço de mercado; enquanto a China o ganhou. Isso reflete que o aumento das importações de produtos têxteis e de confecções chineses levou a uma desestruturação da cadeia produtiva do setor e a uma diminuição da importância dele para a indústria nacional, principalmente para as exportações brasileiras voltadas para o Mercosul. Por fim, fica claro a necessidade de políticas governamentais de fomento à internacionalização e ao comércio exterior para se alcançar melhores resultados no setor.

Palavras-chave: comércio internacional; concorrência chinesa; competitividade; arranjos produtivos de confecções.

ABSTRACT

In an increasingly globalized world, increasing competitiveness is considered a goal to be constantly pursued. In this context, the textile and apparel industry stand out in Brazil for being the 2nd largest employer in the manufacturing industry, in addition to having China as the global leader and main competitor in the sector. In order to exploit this situation, the objective of this work was to analyze the dynamism of international trade between Brazil and China between 1990 and 2017. Specifically, we attempted to develop the competitiveness matrix, originally developed by Fajnzylber and Mandeng, using as the basis of the World and Mercosur markets. For this, the database used was TradeCAN, an application that implements the competitive analysis methodology presented by the aforementioned authors. The results showed that in the textile and garment sector, Brazil lost market space; while China won it. This reflects that the increase in imports of Chinese textiles and garment has led to a de-structuring of the productive chain of the sector and a decrease in the importance of it for domestic industry, mainly for Brazilian exports to the Mercosur. Finally, it is clear the need for government policies to promote internationalization and foreign trade in order to achieve better results in the sector.

Keywords: international trade; competition with China; competitiveness; productive arrangements for garment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Matriz de competitividade	36
Figura 2 -	Capítulos selecionados para o setor têxtil e de confecções na NCM.....	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matriz de competitividade do Brasil 1990-2017 (por destino, em % das exportações no ano final).....	40
Gráfico 2 - Matriz de competitividade da China 1990-2017 (por destino, em % das exportações no ano final).....	43
Gráfico 3 - Matriz de competitividade do Brasil 1990-2017 para o setor têxtil e de confecções (por destino, em % das exportações no ano final)	46
Gráfico 4 - Matriz de competitividade da China 1990-2017 para o setor têxtil e de confecções (por destino, em % das exportações no ano final)	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Matriz de competitividade do Brasil 1990-2017 (por destino, em % das exportações no ano final).....	40
Tabela 2 -	Matriz de competitividade da China 1990-2017 (por destino, em % das exportações no ano final).....	44
Tabela 3 -	Matriz de competitividade do Brasil 1990-2017 para o setor têxtil e de confecções (por destino, em % das exportações no ano final)	46
Tabela 4 -	Matriz de competitividade da China 1990-2017 para o setor têxtil e de confecções (por destino, em % das exportações no ano final)	49

LISTA DE SIGLAS

AL	América Latina
ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
MCB	Matriz de competitividade do Brasil
MCC	Matriz de competitividade da China
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
TradeCAN	Trade Competitive Analysis of Nations

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	MARCO TEÓRICO: A ESCOLA ESTRUTURALISTA	16
2.2	COMPETITIVIDADE: DEFINIÇÕES E FATORES QUE INFLUENCIAM	19
2.3	REVISÃO DA LITERATURA	24
3	METODOLOGIA	33
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
5	CONCLUSÕES	51
	REFERÊNCIAS	52
	APÊNDICE A – GRUPOS MAIS EXPORTADOS PELO BRASIL PARA O MUNDO, EM 2000 E 2017 (EM % DA CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO)	59
	APÊNDICE B – GRUPOS MAIS EXPORTADOS PELO BRASIL PARA O MERCOSUL, EM 2000 E 2017 (EM % DA CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO)	60
	APÊNDICE C – GRUPOS MAIS EXPORTADOS PELA CHINA PARA O MUNDO, EM 2000 E 2017 (EM % DA CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO)	61
	APÊNDICE D – GRUPOS MAIS EXPORTADOS PELA CHINA PARA O MERCOSUL, EM 2000 E 2017 (EM % DA CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO)	62

1 INTRODUÇÃO

As transformações nas economias nos últimos anos refletiram-se na necessidade de aumento da competitividade das indústrias frente ao mercado internacional. A literatura (Krugman, 1996; Bonelli e Pinheiro, 2012; Coutinho e Ferraz, 2002; Kupfer e Hasenclever, 2013; Lima, Lélis e Cunha, 2015) apresenta vários e diversos fatores que determinam a competitividade internacional. Tais fatores impactam de formas distintas nos diferentes segmentos produtivos.

Em épocas de dilemas globais de desenvolvimento, a experiência de países considerados exitosos em responder de forma mais eficaz aos desafios e oportunidades desta nova era, chama a atenção e traz novas demandas de estudos. Nesse sentido, o estudo de Ferrer (2010) revela a importância da variável densidade nacional, que inclui coesão social com liderança empresarial e sucesso comercial para o desenvolvimento acelerado dos países desenvolvidos. Desse modo, países emergentes da Ásia, tais como a China, que lideram o processo de acumulação de capital e tecnologia, revelam empreendedorismo local e tornam-se foco de estudos na medida em que se colocam como grandes concorrentes de países da América Latina e América do Sul em setores específicos.

Mas há questões históricas que explicam o cenário competitivo das empresas e, por conseguinte, o fluxo comercial brasileiro com o exterior. De um lado, um processo de colonização onde se destinavam os produtos primários para a corte portuguesa; e de outro, em tempos mais atuais, a orientação da política econômica para o processo de substituição de importações (Wood Jr e Caldas, 2007).

Como citado por Maria da Conceição Tavares (1972), a política de substituição de importações não altera substancialmente a dependência dos países periféricos em relação aos países centrais, apenas a move para outros patamares. Devido a isso, conforme o processo de substituição de importação avança, é necessário ampliar a capacidade de importação do país. Dessa forma, o aumento das importações em produtos de maior valor agregado, cujo peso na balança comercial tende a aumentar, marcam o problema da industrialização substitutiva que entrou em crise no começo dos anos 1960 e foi encerrado com o golpe militar de 1964.

Isso justifica os números das exportações voltados quase que exclusivamente para o comércio de commodities agrícolas no País. De um tempo, com o fortalecimento da indústria nacional, o País começou a investir em produtos

manufaturados. E hoje já se observa na pauta de exportações brasileiras, ainda que em menor participação, produtos de capital intensivos e de maior valor agregado.

Para alguns cepalinos, o fato das economias da América Latina se caracterizarem historicamente por terem pouca diversificação produtiva, alta dependência do capital estrangeiro, baixa participação dos trabalhadores na renda nacional e uma balança comercial muito dependente das exportações de produtos primários e commodities, limitou o potencial de crescimento e de desenvolvimento da região, já que sua inserção na economia mundial e seu posicionamento na divisão internacional do trabalho foram determinadas pela dependência externa (Fernández; Curado, 2016).

Além disso, Bonelli e Pinheiro (2012) pontuaram que em grande parte do século XX o Brasil teve uma economia muito fechada e com rígidos controles sobre a oferta. Nessa época, ser competitivo não era uma preocupação para o País, pois ele tinha relativo monopólio nas exportações mundiais de café. Apenas com a abertura da economia brasileira nos anos 1990 que a preocupação com a competitividade chegou no governo e nas empresas brasileiras.

Complementando essa ideia, De Negri, Salerno e Castro (2005) argumentaram que a política de substituição de importações adotada pelo governo antes da abertura comercial fez a indústria brasileira ganhar força. Mas, diferentemente de outros países em desenvolvimento, o processo no País foi voltado para o desenvolvimento do mercado interno, e não para a criação de empresas competitivas no mercado externo. Como resultado, as novas demandas dos anos 1990 enfrentaram uma mentalidade empresarial fechada que estava acomodada pelo regime de mercado controlado, viciada em repassar seus custos para os consumidores através de aumento dos preços e pouco interessada em inovação.

Um elemento básico das estratégias seguidas por países emergentes da Ásia e que é frequentemente omitido é a opção primordial a favor da industrialização orientada para os mercados internacionais. Os efeitos dinâmicos que esses países têm recebido revelam pontos positivos em termos de geração de emprego, qualificação da mão de obra, elevação da produtividade, crescimento de salários reais e indução do progresso técnico, caracterizando uma experiência econômica exitosa, como já defendia Fajnzylber (1981).

Naturalmente, a necessidade de um empresariado competitivo, arrojado, soma-se a outros elementos tais como organismos institucionais e sociais integrados em

uma rede de ensino, infraestrutura, tecnologia, relações gerenciais-trabalhistas, aparato institucional público e privado, sistema financeiro desenvolvido, etc. Nos países industrializados, o debate sobre a melhoria da competitividade ocorre em um cenário de instituições de cuja legitimidade ninguém questiona. Além disso, a coesão social é muito forte e os padrões de consumo e de conhecimento tecnológico se espalharam e se tornaram homogeneizados. Interessante observar que essas mesmas questões já vinham sendo colocadas pelos estruturalistas da CEPAL desde 1988 (Mandeng, 1991), dentro do discurso desenvolvimentista keynesiano.

Contudo, na atualidade, o desafio das economias mais avançadas é manter sua hegemonia no comércio internacional e para tal, economias até então de pouca importância comercial passam a ser um grande nicho de mercado. A China é um dos maiores concorrentes dos Estados Unidos no mercado de têxtil e confecções e domina o mercado na América do Sul, por exemplo, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL/MDIC, 2018). Portanto, a China é importante tanto para a economia norte-americana, como para países como o Brasil, uma vez que se tornou um dos maiores concorrentes brasileiros neste setor.

É importante ressaltar que de início, na indústria têxtil brasileira, o impacto da abertura da economia foi mais difícil, pois o setor ainda estava atrasado tecnologicamente por causa do protecionismo das décadas anteriores. Além disso, durante o aumento das importações de fios e tecidos sintéticos e artificiais, as exportações permaneciam constantes, o que gerou conflito entre diversos elos da cadeia. As empresas de pequeno e médio porte tinham poucas chances de continuar, pois eram pouco modernizadas. Por esta razão, pelo menos em parte, a tendência era a ascensão das grandes empresas, pois elas tinham melhores condições de conseguir investir em tecnologia (Keller, 2006).

A cadeia têxtil constitui-se de três segmentos: fibras e filamentos, têxtil e confecções. Este último responsável por mais de 75% do faturamento, principalmente representados por produtos de vestuários, linha lar e meias/acessórios (ABIT, 2015). A indústria de confecções, responsável pela moda, finaliza a cadeia com a produção de peças que serão utilizadas pelo consumidor final. A heterogeneidade das peças produzidas justifica o número elevado de empresas de pequeno porte no setor, que é intensivo em mão de obra, já que o processo de produção (costura) é manual. Isso porque geralmente a mão de obra é terceirizada para costureiras que fazem o serviço

em casa, as chamadas facções. O setor é sazonal, caracterizando-se pelas estações do ano, primavera/verão (novembro-abril) e outono/inverno (maio-outubro).

Em 2017 o Brasil teve um faturamento de US\$ 51,58 bilhões no setor têxtil e de confecção, contra US\$ 42,94 bilhões em 2016. O setor ainda é o 2º maior empregador da indústria de transformação, perdendo apenas para alimentos e bebidas (juntos) e o 2º maior gerador do primeiro emprego, em uma indústria que tem quase 200 anos no País, sendo referência mundial em design de moda praia, *jeanswear* e *homewear* (ABIT, 2018).

Ademais, o setor também é pulverizado e concorrencial, mas como a maioria das empresas brasileiras do segmento é de pequeno porte e do tipo familiar, especialmente no Nordeste, esse aspecto dificulta a adoção de técnicas modernas de administração e controle, além do fator informalidade, muito presente no setor. De forma que, apesar de o Brasil ter uma produção de destaque mundial e o Nordeste ter destaque na participação desta produção, sua inserção comercial é muito reduzida. Para explicar esse quadro, tem de se verificar a competitividade das empresas.

Dito isto, o objetivo do trabalho constituiu-se em analisar o dinamismo do comércio internacional do Brasil e da China entre 1990 e 2017, através do desenvolvimento de uma matriz de competitividade, usando como base os mercados Mundo e Mercosul.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Do setor público ao privado, o aumento da competitividade é considerado um objetivo a ser constantemente perseguido em um mundo cada vez mais globalizado. Mas, afinal, o que é ser competitivo? Em economia, o termo pode ser usado tanto no âmbito do Estado, representada na competitividade macroeconômica, como no âmbito organizacional, base da competitividade microeconômica. Logo, o termo possui diferentes significados e dimensões, mudando de acordo com a aplicação no qual é usado, como já citava Silva e Fonseca (2010).

Com base nisso, os elementos teóricos que serviram de fundamento para a realização deste trabalho foram baseados nas ideias defendidas pela escola estruturalista, na análise das definições de competitividade e em uma breve revisão de literatura focada nos resultados de estudos nessa área.

2.1 MARCO TEÓRICO: A ESCOLA ESTRUTURALISTA

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), sob a liderança do economista Raúl Prébisch, formulou um modelo analítico com o objetivo de analisar os problemas sociais e econômicos das economias periféricas. Dessa forma, surge a teoria estruturalista, sendo uma resposta as limitações teóricas e metodológicas da economia ortodoxa liberal para se analisar a América Latina e países caribenhos, exercendo grande influência nos debates sobre pobreza, subdesenvolvimento e atraso econômico (Dias, 2012).

O marco inicial do estruturalismo foi a publicação da tese intitulada “*O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*”, por Raúl Prébisch em 1949. Nela o autor defende a existência de uma desigualdade inerente presente entre centro e periferia em seu processo de desenvolvimento, onde os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegam à periferia na mesma medida que chegam nos países centrais (Rodríguez, 1981).

Com isso, conforme o sistema econômico evolui ao longo do tempo, a tendência é existir um aumento da concentração de renda nas economias do centro, levando a disparidades entre esses polos. Sendo assim, nos primeiros anos da CEPAL, a escola estruturalista defendia que os países da periferia precisavam

acelerar sua trajetória na direção da industrialização, o que possibilitaria uma inserção econômica mais dinâmica, que, por sua vez, seria refletida em maior qualidade de vida, já que a população poderia se apropriar da grande quantidade de frutos do progresso técnico. Nesse sentido, estava justificada uma intervenção estatal capaz de liderar essa industrialização através de políticas protecionistas (Rodríguez, 1981).

A defesa de uma intervenção estatal ia contra a ortodoxia neoclássica vigente na época, que entendia a desigualdade como um fenômeno natural e transitório, causada por mecanismos de proteção usados por países que não reconheciam a importância e a eficácia das vantagens comparativas. Então, para alcançar a maior vantagem comparativa, cada país deveria se especializar no fator de produção que tivesse em maior abundância (Amaral Filho, 2018).

Logo, naturalmente o centro iria se especializar na produção de bens industriais, por possuírem abundância de capital e tecnologia, e a periferia focaria na produção de bens primários, dada a grande quantidade de terra e força de trabalho disponíveis no país. Essa especialização permitiria o alcance de custos de produção vantajosos, difundindo os frutos do progresso técnico entre os países que participassem do intercâmbio. Mas, indo contra esse pensamento, Prébisch defendeu que a especialização na produção de bens primários exercida pela periferia iria produzir um diferencial de produtividade a favor dos países de centro e uma transferência de renda involuntária da periferia para o centro (Amaral Filho, 2018).

De forma complementar, de acordo com a análise de Bielschowsky (2000) sobre a obra de Prébisch, a condição periférica que os países Latino Americanos ocupavam estava intrinsecamente ligada ao seu posicionamento no comércio internacional, caracterizado por ser de exportador de matérias primas, um mecanismo econômico herdado de seu período colonial, gerando trocas desiguais em relação a países de centro exportadores de manufaturados. Portanto, os ganhos do comércio internacional se concentravam nos países de centro, o que sustentava suas economias e promovia seu desenvolvimento, enquanto os países de periferia sofriam com a deterioração de suas contas e baixo crescimento econômico.

Ou seja, para Raúl Prébisch, as evidências empíricas sobre o comércio entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento indicavam que havia uma tendência à deterioração dos termos de troca para os produtos exportados pelos países em desenvolvimento. Ainda, essa deterioração não seria, segundo esta interpretação, um fenômeno cíclico, mas uma tendência de longo prazo. Para reverter essa situação, o

estruturalismo defendia a industrialização dos países latino-americanos como um caminho para se alcançar o real progresso técnico (Prado, Torraca e Silva, 2014).

No Brasil, a fundamentação do método estrutural foi aprofundada por Celso Furtado, com suas obras “Formação econômica do Brasil” em 1959, na qual aplicou seu método histórico de análise, e “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” em 1961, onde o autor descreveu o processo de desenvolvimento nas nações do centro e o processo de subdesenvolvimento das nações de periferia, que estão presas em uma espiral de pobreza (Dias, 2012).

No entanto, as economias periféricas passaram por transformações profundas nas esferas institucionais, políticas e econômicas nas décadas de 1980 e 1990, o que levou à ascensão das ideias mais liberais na América Latina, guiadas pelo consenso de Washington. Essa ascensão enfraqueceu correntes do pensamento econômico que tinham como base o Estado como agente promotor de bem-estar social, afetando o pensamento estruturalista, que já enfrentava uma diminuição da sua relevância com a morte de Prébisch em 1986 e com a baixa produção de Furtado devido seus problemas de saúde. Então, tendo à frente o chileno Fernando Fajnzylber, a CEPAL elaborou o documento “Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990”, publicado em 1990, inaugurando o novo estruturalismo (Munari e Cabral, 2015).

O novo marco teórico metodológico da CEPAL se adaptou à globalização e aderiu às ideias das privatizações e da abertura comercial, tendo como prioridades o fortalecimento da competitividade através do progresso técnico e a diminuição da desigualdade, o que não implicava em aumentar ou diminuir o papel do Estado, mas sim aumentar as externalidades positivas de suas ações (Munari e Cabral, 2015). Assim sendo, o novo estruturalismo surgiu como resposta aos novos problemas, sendo uma alternativa ao neoliberalismo a partir de uma perspectiva teórica e metodológica formulada pela escola supracitada.

Como contraponto a teoria estruturalista, David Ricardo (1996) demonstrou que é possível existir comércio entre nações mesmo sem haver vantagem absoluta na produção de algum bem. Para explicar como se dá esse comércio, o economista usa a teoria das vantagens comparativas. Nesse caso, a nação deverá se especializar na produção do bem que possuir menor desvantagem absoluta. Com isso, os dois países saem ganhando na comercialização de bens onde vantagem comparativa ocorre por causa de ganhos de eficiência.

2.2 COMPETITIVIDADE: DEFINIÇÕES E FATORES QUE INFLUENCIAM

No Brasil, a internacionalização da economia ganhou força principalmente a partir da década de 1980, fazendo países, regiões, setores e empresas procurarem diagnosticar suas forças e fraquezas, a fim de garantir maior capacidade competitiva em um mercado cada vez mais seletivo, como já observava Vieira (2002).

No entanto, o termo competitividade possui diversos significados apesar da sua aparente objetividade, sendo importante elucidar algumas de suas principais interpretações. Para a OCDE (2018), competitividade é “uma medida da vantagem ou desvantagem de um país em vender seus produtos no mercado internacional”. Nesse sentido, empresas ou países que possuem uma grande participação neste mercado são consideradas competitivas.

Para Durand e Giorno (1987), vários fatores podem explicar as tendências do comércio internacional, como, por exemplo, a capacidade de inovação tecnológica, o grau de especialização e a qualidade dos produtos, que podem influenciar de forma positiva o desempenho comercial de um país. Os autores ressaltaram ainda que, idealmente, para medir a competitividade deve-se satisfazer três critérios: abranger todos os setores expostos à concorrência, compreender todos os mercados abertos à concorrência e o índice deve ser construído a partir de dados comparáveis internacionalmente. Na prática, não existe nenhum indicador que cumpra esses três critérios. Portanto, qualquer medida de competitividade é apenas uma aproximação do ideal, não existindo uma medida perfeita e única.

Para Krugman (1996), era evidente a importância da competitividade, mas a questão principal seria como alcançá-la. O economista ainda ressaltou que um erro muito comum é usar o termo para descrever que nações competem pelo mercado global da mesma forma que as empresas fazem. Para ele, essa é uma metáfora pobre que não condiz com a realidade, pois não se deve usar os mesmos referenciais para se analisar a capacidade competitiva de países e empresas, já que empresas ineficientes quebram e países não. Além disso, o autor defendia que um crescimento da produtividade em determinado país provocaria, quase sempre, efeitos positivos entre todos os países envolvidos, através da difusão de inovações e da possibilidade de aumento do intercâmbio entre as nações. Logo, não haveria um jogo com soma zero como ocorre nas empresas, onde para algumas empresas ganharem, outras

precisam necessariamente perder. Naturalmente, este argumento se contrapõe ao argumento dos estruturalistas.

Seguindo esse pensamento, Garelli (2002) acrescentou que alguns estudiosos consideram que as nações não competem entre si, mas sim suas empresas. Para o professor, não há dúvidas de que as empresas competitivas são os principais motores para a competitividade de um país. No entanto, com o aumento das responsabilidades dos governos nas últimas décadas, é impossível ignorar a influência dele (para o bem ou para o mal) na economia moderna. Para exemplificar, o autor citou estudos sobre o emprego feito pela OCDE, onde se destaca o papel dos governos em promover um ambiente adequado para as empresas operarem, influenciando assim sua competitividade. Além disso, o professor evidenciou que uma parte significativa da vantagem comparativa de algumas nações tem como origem políticas de incentivo muito agressivas, onde se usou incentivos fiscais e subsídios para atrair investimentos estrangeiros. Com isso, o autor concluiu que as nações também competem entre si, apesar da competição não ser da mesma forma que ocorre entre as empresas.

Algumas definições consideram ainda que o poder competitivo pode estar presente nos custos, no domínio tecnológico, ou ainda no controle de fontes de matérias-primas. Então, por exemplo, com domínio tecnológico, diferenciação de produto e custos relativos menores do que seus concorrentes, uma empresa pode ser competitiva mesmo pagando altos salários. Outra variável constantemente associada à competitividade é a taxa de câmbio, já que no comércio internacional ela ajuda a definir em que grau o produtor local vai conseguir competir em custos e preços com os produtos fabricados em outros países. Esse elemento é muito presente inclusive nos debates sobre a competitividade da China (Bonelli; Pinheiro, 2012).

Para Coutinho e Ferraz (2002), a competitividade pode ser definida como a capacidade de um país, setor ou empresa, atuar com sucesso em um determinado contexto de negócios. Além disso, para os autores, a competitividade de um sistema depende de três conjuntos de fatores: fatores sistêmicos, fatores estruturais e fatores internos à empresa. Os fatores sistêmicos são externos a empresa, mas podem afetá-la diretamente. Como exemplo tem-se a taxa de câmbio, taxas de juros, políticas tributárias, políticas de preservação ambiental, infraestrutura, qualificação da mão de obra, tendências do comércio internacional, etc. Nesse aspecto, estudiosos e empresários enxergam que a condição desses fatores não favorece a competitividade das empresas no nosso País. O termo “custo-Brasil”, popularmente difundido, sinaliza

essa desvantagem de localização, que remete principalmente a elevada carga tributária do País.

Já os fatores estruturais incluem condições que estão parcialmente sob influência das empresas, como características gerais dos mercados consumidores, a forma como a indústria que a empresa atua é e o modelo de concorrência. Nesse fator, o Brasil possui grande variação e desigualdade entre os setores, onde setores maduros convivem com setores pouco desenvolvidos. E, por último, estão os fatores internos à empresa, que estão sob influência das decisões dos empresários. Eles englobam conhecimentos acumulados ao longo do tempo que podem servir de vantagem competitiva para as empresas. Isso pode ocorrer devido ao domínio de determinada tecnologia, a capacidade de atender as preferências dos clientes, o controle de certa forma de produção, etc. Nesse quadro a situação do Brasil também é diversificada, onde o centro concentra grandes empresas que possuem conhecimento e tecnologia, enquanto a periferia é caracterizada por empresas menores que enfrentam problemas básicos de gestão e tecnologia, chegando a ter forte presença do trabalho informal (Coutinho; Ferraz, 2002).

De forma complementar, buscando explicar como se alcançar a competitividade, Garelli (2002) definiu o que um país deve ter para se tornar competitivo a partir de dez “Regras de Ouro da Competitividade”. Elas são: criar um ambiente legislativo estável e previsível; trabalhar com uma estrutura econômica flexível; investir em infraestrutura e tecnologia; promover poupança privada e investimento interno; ter estratégias agressivas em relação ao mercado internacional para incentivar as exportações e atrair investimentos estrangeiros; ter um governo e uma administração de qualidade, rápido e transparente; manter uma relação entre o nível dos salários, produtividade e taxação; reduzir a diferença salarial e fortalecer a classe média; investir fortemente em educação, em especial no ensino médio e no treinamento constante da força de trabalho; e, por fim, um equilíbrio entre economias de proximidade e economias de globalidade.

Como explicado por Vieira (2002), uma economia de proximidade é caracterizada por ter os processos de produção realizados próximos ao consumidor final, utilizando principalmente fatores locais, possuindo pouca mobilidade. Atividades como a construção civil e serviços de manutenção exemplificam essa economia, que está ligada a atividades tradicionais e de prestação de serviços. Já em uma economia de globalidade, o processo produtivo é administrado em escala mundial. Dessa forma,

os fatores de produção podem estar em qualquer lugar e são utilizados conforme a vantagem que apresentam. Felizmente, com o avanço das tecnologias de logística, transporte, telecomunicação e informática, aproveitar os benefícios de produzir um produto em escala mundial deixou de ser apenas privilégio de grandes corporações. Desse modo, para um país ser competitivo, ele deve buscar o equilíbrio entre a economia de proximidade, que gera empregos e coesão social, e a economia de globalidade, que gera receitas e tecnologia.

A competitividade também pode ter seu conceito ligado a aspectos da abertura comercial. Um dos primeiros autores a fazer isso para a América Latina foi o Fajnzylber (1988). Para ele, competitividade internacional é a "capacidade de um país sustentar e expandir sua participação nos mercados internacionais, e elevar simultaneamente o nível de vida de sua população". Para se alcançar isso é necessário aumentar a produtividade e acrescentar progresso técnico. Ainda, apoiado nos estudos da OCDE, ele afirmou que existe um grande consenso em relação a existência de uma ligação sólida entre competitividade, inserção do progresso técnico, dinamismo industrial e produtividade.

Já para Debonneuill e Delattre (1987) *apud* Guimarães (1997), a competitividade pode ser definida como a capacidade de adaptação dos países frente às especializações produtivas definidas pela divisão internacional do trabalho. Ou seja, um país será mais competitivo internacionalmente se sua estrutura produtiva for mais adaptável à demanda global. E para os autores, essa capacidade de adaptação depende mais do avanço tecnológico do que da dotação de fatores produtivos presente no país.

Kupfer e Hasenclever (2013) associaram a criação de um ambiente competitivo com o fortalecimento da concorrência. Esse ambiente competitivo deveria englobar estratégias inovadoras das empresas, pressões competitivas no mercado (internas e ameaças de entrada) e fatores sistêmicos favoráveis, como infraestrutura adequada, mão de obra qualificada e condições de financiamento. Isso significa que, para os autores, concorrência e competitividade devem ser construídas por iniciativa de políticas econômicas e por estratégias das empresas, que estarão pressionadas pela concorrência local e mundial.

À vista disso, pode-se discutir a conveniência de as empresas adotarem estratégias que são simultaneamente competitivas e cooperativas. De forma geral, essa ideia considera que as empresas devem cooperar entre si para atingir um

objetivo determinado previamente, mas devem competir na hora de dividir os ganhos (Nalebuff; Brandenburger, 1996).

Seguindo o mesmo pensamento, Castells (2011) afirmou que estratégias de cooperação e competição podem ser usadas simultaneamente e de forma complementar para se alcançar benefícios para ambas as partes. Ainda, Olave e Amato Neto (2005) evidenciaram que modelos de gestão que têm como base a complementaridade, o compartilhamento e a associação entre empresas se revelaram uma referência inovadora para promover sobrevivência e competitividade no mercado globalizado.

Considerando estratégias de negócio, uma importante iniciativa de apoio voltada para o setor têxtil surgiu através da própria associação de classe, que foi o Programa TexBrasil. O objetivo principal desse programa é fortalecer as empresas brasileiras do setor, estimulando a internacionalização dessas empresas através da inserção comercial. Para isso, o programa busca capacitar as empresas brasileiras ensinando técnicas de comércio exterior e fazendo uma avaliação do portfólio da empresa para identificar quais os mercados ela pode ser mais competitiva (TEXBRASIL, 2019).

Alguns índices também se propõem a determinar a competitividade dos países. Um deles é o Índice de Competitividade Global, divulgado anualmente pelo World Economic Forum no Relatório de Competitividade Global. Ele tem como objetivo explicar por que alguns países são mais bem-sucedidos do que outros no que se refere a aumentar os níveis de renda e as oportunidades para sua população. Nesse índice o Brasil ocupou a 72ª posição (de 140 países) em 2018, estando abaixo da mediana da distribuição (que é dada pela 70ª posição). Essa posição reflete potencialidades e limitações enfrentadas pelo País. Dentre os aspectos positivos, tem-se um dos maiores mercados internos do mundo (10ª posição, onde a China ocupa a 1ª posição) e boa capacidade de inovação (40ª), o que permite alcançar importantes economias de escala. Do outro lado, tem-se fraquezas que fazem o País ter dificuldades em cumprir com o seu enorme potencial competitivo, como a falta de estabilidade macroeconômica (122ª), o fato do Brasil não oferecer um campo de atuação uniforme para as empresas participarem do seu mercado (117ª), falta de flexibilidade para reorganizar seus recursos humanos (114ª) e o reduzido dinamismo empresarial (108ª). Considerando esses dados, é possível enxergar temas prioritários para ações de políticas públicas (World Economic Forum, 2019).

O Índice de Competitividade Global ainda pode ser complementado por outra pesquisa: a Doing Business, realizada pelo World Bank Group. Essa pesquisa tem como objetivo investigar a facilidade (ou dificuldade) de se fazer negócios em diferentes economias do mundo. Isso é feito a partir de indicadores quantitativos calculados para 190 países ao longo do tempo. Na pesquisa, onze áreas são medidas: começando um negócio, empregando trabalhadores, lidando com licenças para construção, conseguindo energia elétrica, registrando a propriedade, conseguindo crédito, protegendo os investidores minoritários, fazendo negócios com o exterior, pagando impostos, garantindo o cumprimento de contratos e fechando negócios. Analisando os resultados, pode-se observar que o Brasil melhorou sua posição comparando-se 2017 a 2018, indo da 125ª posição para a 109ª posição. Sua pior posição está no que se refere ao pagamento de impostos (184ª), o que reflete o impacto do sistema tributário sobre o ambiente de negócios do Brasil, onde o tempo necessário para cumprir essa atividade é de 1.958 horas por ano (World Bank Group, 2019).

Desse modo, pode-se situar o País em um grupo intermediário de nações, onde ele está a uma distância considerável dos países desenvolvidos e está distante também dos países em desenvolvimento mais bem-sucedidos. Dentre as barreiras para o crescimento da competitividade, pode-se destacar as elevadas taxas de juros, de *spread* bancário e de carga tributária, além da escassez e alto custo do crédito que acabam limitando os investimentos. Esse contexto faz com que as empresas busquem estratégias que diminuam essas desvantagens relativas à sua localização. Sendo assim, pode-se concluir que o País ainda tem um longo caminho a percorrer em termos de melhorias institucionais, de políticas e dos fatores que determinam a produtividade, como já apontava Coelho (2005).

2.3 REVISÃO DA LITERATURA

O desenvolvimento econômico chinês é um dos fenômenos de transformação mais relevantes no panorama internacional do século XXI. O país tem a maior economia exportadora do mundo, estando a frente dos Estados Unidos e da União Europeia, regiões que são tradicionais na acumulação de capital e de desenvolvimento tecnológico. Além disso, sua escala e velocidade de

desenvolvimento econômico superou qualquer experiência histórica anterior (McKinsey & Company, 2019).

Ainda, os dados divulgados pelo McKinsey & Company (2019) em 2012 demonstram o fenômeno ao comparar o tempo que alguns países demoraram para dobrar a renda *per capita*, indo de US\$ 1.300 para US\$ 2.600, considerando a paridade de poder de compra constante. Para isso, foram necessários 154 anos para a Inglaterra, 65 anos para a Alemanha, 53 anos para os Estados Unidos e 33 anos para o Japão. Enquanto que para a China foram necessários apenas 12 anos para alcançar esse patamar, sendo que o país partiu de uma base populacional muito maior, composta por mais de 1 bilhão de habitantes, ao passo que Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e Japão possuíam, respectivamente, 9, 28, 10 e 48 milhões de habitantes (McKinsey & Company, 2019).

Ainda, de acordo com o Fundo Monetário Internacional, em 2017 o PIB da China representou 18% do PIB global e o seu crescimento explicou 28% do crescimento da economia mundial do mesmo ano, sendo esse valor apenas um pouco menor que a média de 29,2% no período 2012 a 2016 (FMI, 2018).

Hiratuka (2018) afirma que muitos autores enxergam a China como uma economia que teve seu crescimento atrelado principalmente às exportações. Nesse cenário, o papel do setor externo foi fundamental para o início da inserção chinesa em cadeias produtivas intensivas em mão-de-obra, como a têxtil e de vestuário, e em algumas etapas do setor eletrônico. Além disso, o setor externo serviu como fonte de divisas para sustentar o crescimento econômico e como mecanismo de transferência de tecnologia. Mesmo assim, desde o início do século XXI, o país tem seu dinamismo econômico associado também ao grande crescimento dos investimentos, onde o Estado é responsável por articular os processos de industrialização e urbanização, a fim de acompanhar a grande mudança estrutural vinda da urbanização.

Esse cenário foi essencial para o crescimento da demanda e, consequentemente, o aumento dos preços das *commodities* metálicas, minerais e agrícolas. Por exemplo, em 2003, a China respondeu por 26,5% da demanda mundial de aço; 19,8% da demanda por cobre e 19% da demanda por alumínio, o que gerou termos de trocas favoráveis para os países exportadores de *commodities*. Logo, no Brasil os preços das exportações subiram mais do que os de bens importados e consumidos internamente, fazendo o poder real de compra do País aumentar quando comparado ao resto do mundo, o que favoreceu o consumo dos brasileiros.

Posteriormente, com a crise financeira de 2007/2008, os países exportadores de commodities passaram a responder por grande parte do crescimento mundial, já que os países mais desenvolvidos tiveram seu desempenho econômico duramente afetado pela crise (Cacciamali; Tatei, 2016).

Adicionalmente, Conti e Blikstad (2017) analisaram o padrão de crescimento da China para verificar seu impacto atual na economia brasileira. Os autores encontraram que os objetivos da China em relação ao Brasil eram, principalmente, a importação de commodities agrícolas e minerais do Brasil, a exportação de bens industriais chineses e a aquisição de terras, jazidas minerais, empresas do setor elétrico e demais empresas que possuem potencial para serem compradoras de bens intermediários e de capital chineses. O resultado estrutural dessa relação econômica é o aprofundamento da especialização produtiva brasileira e um consequente aumento da sua vulnerabilidade externa.

Confirmando essa relação entre Brasil e China, Mendonça e Silva (2018) estudaram a evolução da relação comercial entre esses dois países através do cálculo da taxa de crescimento do comércio para determinados setores. Com isso, encontraram que, entre 2000 e 2015, as exportações da China para o Brasil eram predominantemente compostas por produtos manufaturados, enquanto as exportações do Brasil para a China possuíam predominância de produtos básicos. Essa dinâmica foi resultado da especialização promovida pelo Brasil, que por ter abundância em recursos naturais, focou sua pauta exportadora em produtos com baixo valor agregado, gerando uma maior fragilidade à choques externos de preços. Ainda, os autores acreditam que a demanda chinesa por *commodities* irá diminuir devido ao seu novo modelo de crescimento voltado para o mercado interno, o que levará a um desaquecimento da economia brasileira.

De forma complementar, Celio Hiratuka (2018) estudou as mudanças nas relações econômicas entre os países da América Latina e China, tendo como foco as mudanças na estratégia de desenvolvimento chinesa após a crise financeira global de 2007/2008. Com isso, o autor concluiu que as transformações que ocorreram no período pós-crise levaram a um menor crescimento das exportações na AL devido à queda nos preços das *commodities*, que foram afetadas pela crise global e pela redução do ritmo de crescimento da economia da China, demonstrando a fragilidade de uma inserção focada excessivamente em *commodities*. Assim, permanece o desafio para essas economias conseguirem manter uma estrutura produtiva e de

exportações mais diversificada e sofisticada, a fim de sustentar o aumento de renda da população, do emprego e da produtividade.

Os resultados dessas pesquisas refletem o que Bekerman, Dulcich e Moncaut (2014) demonstraram, ao explicar que o impacto da ascensão chinesa na América Latina segue duas visões distintas. De acordo com a primeira visão, esse evento seria uma oportunidade para países como Brasil e Argentina se inserirem internacionalmente na condição de produtores de matérias primas, aproveitando o crescimento do consumo chinês e asiático como um mercado estratégico, consolidando assim uma ordem internacional menos dependente da hegemonia dos Estados Unidos. Enquanto, para a segunda visão, a ascensão chinesa poderia levar a uma dependência definida pela especialização em produtos primários, onde a pressão competitiva das exportações de manufaturados da China iria desestruturar o sistema produtivo das economias envolvidas, podendo ainda causar uma recessão quando a demanda da China por produtos primários diminuísse.

Araújo e Diegues (2019) analisaram o posicionamento do Brasil e da China de acordo com a qualidade da inserção desses países na atual divisão internacional de trabalho. Para isso, construíram indicadores utilizando dados de comércio internacional que possibilitaram a avaliação da qualidade da integração dos países. Então, encontraram que ambas as economias estão buscando promover sofisticações tecnológicas para o comércio internacional. No entanto, a China consegue avançar em setores que possibilitam sua convergência econômica, isto é, sua aproximação ao nível de riqueza acumulada pelas economias mais desenvolvidas. Dessa forma, os autores defendem que não se trata apenas de aumentar a participação nas cadeias globais de valor, mas sim fazer com que esse processo represente uma integração virtuosa para o país.

Pierre Salama (2012) pesquisou o fato de os países asiáticos estarem passando por um intenso processo de industrialização, enquanto a América Latina andava para uma “desindustrialização precoce”. Isso porque o autor observou que na Ásia o peso da indústria no PIB aumentou e o valor agregado e o grau de sofisticação dos bens produzidos também cresceram, o que fez com que o saldo da balança comercial dos produtos industriais fosse bastante positivo. Já na América Latina se enxergava uma tendência oposta, onde o peso da indústria reduziu de maneira relativa em muitos países e o valor agregado e a sofisticação dos bens produzidos também diminuíram, o que fez o déficit comercial da indústria de transformação

crescer. Apesar disso, as exportações de matérias-primas, que na verdade são produzidas com tecnologia de ponta, compensaram os déficits da indústria de transformação e deixaram a balança comercial com um saldo positivo.

Mais especificamente, Salama (2012) buscou analisar se foi por causa das relações comerciais assimétricas entre a China e o Brasil que o Brasil sofreu uma desindustrialização precoce e foi encontrado que esse não é um dos motivos principais. O autor encontrou que a desindustrialização precoce do País ocorreu porque as relações comerciais não foram acompanhadas por uma política de câmbio adequada nem por políticas industriais apropriadas. Isto é, a taxa de câmbio real do Brasil se apreciou fortemente em relação ao dólar, enquanto a do iuane chinês se apreciou modestamente. Assim sendo, a taxa de câmbio muito valorizada no Brasil é um fator importante da perda de competitividade dos produtos industriais, já que a competitividade-preço da indústria chinesa é superior à brasileira. No entanto, o autor ressalta que o baixo crescimento da produtividade pesa mais que a apreciação da moeda no Brasil.

Na mesma linha de pesquisa, Bonelli e Pinheiro (2012) buscaram responder se o Brasil estava se desindustrializando. Ao analisarem os períodos de 1998 a 2004 e 2005 a 2011 encontraram que o PIB cresceu mais rápido no segundo período analisado, no entanto o desempenho da indústria foi o mesmo nos dois períodos. Ou seja, a indústria perdeu participação no PIB não por ter crescido mais devagar, mas porque o resto da economia passou a crescer mais rápido. Para complementar, os autores também pesquisaram as Fontes de Crescimento da Produção Industrial por Atividades, nos períodos de 2003 a 2007 e 2008 a 2011, e encontraram que a desindustrialização era um problema presente em apenas algumas atividades específicas, especialmente onde a competição é muito focada nos preços, como o setor de vestuários, couro e calçados, que foram muito afetados pelo aumento das importações.

Considerando esse fraco desempenho da indústria e o crescente aumento das importações, surge um debate sobre a influência da política cambial e o papel que a valorização do Real (de 2003 ao começo de 2012) exerceu. Os autores afirmaram que se atribui ao depreciado câmbio chinês uma parte considerável da perda de competitividade industrial do Brasil, onde só é possível resolver esse problema do País se houver uma desvalorização do Real. No entanto, os autores concluíram que além do câmbio existem diversos fatores que limitam a competitividade industrial

brasileira, como a alta carga tributária, a baixa qualidade da infraestrutura, o elevado custo da energia, o custo da mão de obra e baixo nível educacional, pouco investimento em pesquisa e desenvolvimento, etc. Onde a influência de todos esses problemas no baixo crescimento da produtividade é evidente (Bonelli e Pinheiro, 2012).

A relação entre Brasil e Argentina, tratando-se de uma intenção de integração econômica gradual, tem início em 1986 com a Ata para a Integração Brasil-Argentina. Posteriormente, essa relação foi o marco fundador do Mercosul em 1991 com o Tratado de Asunción, assinado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Naquele ano, os presidentes do Brasil e da Argentina (Fernando Collor de Melo e Carlos Saul Menem) entendiam que a liberalização do comércio e o incremento dos fluxos comerciais deveriam ser os objetivos principais e suficientes para aquela iniciativa de integração. Mais tarde, durante o Governo Lula (2003-2011) e o Governo Dilma (2011-2015), o Mercosul tem sua importância reafirmada e elevada na política externa brasileira, onde a importância do bloco deixou de ser somente comercial e econômica e passou a ser também política (Saraiva e Scherer, 2017).

Ainda, a Venezuela teve sua adesão efetivada em 2012, mas está suspensa desde dezembro de 2016 por descumprimento de seu Protocolo de Adesão. Considerando os membros fundadores (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), em 2017 o Mercosul abrangia 62,2% da população da população da América do Sul (262,2 milhões de habitantes) e 75,1% do PIB sul-americano (US\$ 2,78 trilhões). Ademais, as trocas dentro do bloco foram de US\$ 4,5 bilhões em 1991 para US\$ 40,4 bilhões em 2017, representando um aumento de nove vezes desde a criação do Mercosul (BRASIL/MRE, 2019).

À vista disto, Saraiva e Scherer (2017) analisaram o período de 2011 a 2014 a fim de traçar perspectivas de como a inserção da China na América do Sul poderia impactar na integração do Mercosul. Para isso, os autores partiram de duas hipóteses: as relações Brasil-Argentina são essenciais para a consolidação do Mercosul e a inserção da China no bloco comercial pode trazer grandes efeitos negativos para o Mercosul, dificultando a formação de um centro de decisão regional autônomo. Considerando isso, eles encontraram que as relações Brasil-Argentina eram caracterizadas por possuírem sucessivos déficits comerciais do lado argentino, demonstrando que essa relação não era economicamente suficiente para dinamizar a economia do país. Além disso, o Brasil tem dificuldade em se inserir na América do

Sul, especialmente na Argentina, já que não possui o mesmo nível de competitividade que a China, o que resulta em um afastamento argentino da iniciativa de integração regional.

A fim de analisar quais seriam os impactos comerciais da formação de uma área de livre comércio entre o Brasil e a China, Medeiros, Coronel e Bender Filho (2018) simularam duas situações: uma redução tarifária bilateral de 50% e uma eliminação tarifária completa entre os dois países. Os resultados de ambos os cenários indicaram a possibilidade de ganhos em termos de bem-estar para os dois países. No Brasil, os produtos primários apresentariam variações positivas, enquanto a indústria têxtil apresentaria a maior redução em termos de produção. Por outro lado, os ganhos da China se dariam principalmente na ampliação das exportações de produtos da indústria manufatureira., o que corrobora com a atual dinâmica comercial entre os dois países. Desta forma, concluiu-se que a efetivação de acordos comerciais, nas simulações propostas, tenderia a agravar o déficit comercial brasileiro com a China devido à baixa diversificação da pauta exportadora.

Wood Jr. e Caldas (2007) buscaram responder se é possível as empresas brasileiras se tornarem mais competitivas no cenário global. Para eles, a resposta mais equilibrada seria “sim, em termos”. Sim, pois já existe um número razoável de empresas do Brasil que competem com empresas locais e internacionais, onde essas empresas conseguiram desenvolver bons modelos de negócios e aprenderam a competir em ambientes abertos. Em termos, pois, ao se analisar os dados, é possível enxergar muitas lacunas nas condições de competitividade do Brasil e uma grande distância entre o porte das transnacionais brasileiras e o porte das transnacionais em países desenvolvidos ou em países em desenvolvimento na Ásia. De fato, ter uma empresa competitiva no Brasil só é possível quando se aprende a lidar com as condições instáveis e desfavoráveis do País.

Considerando esse complexo cenário, Fernández e Curado (2016) defenderam que a relevância política e econômica do Mercosul é relativizada e menosprezada pelo pensamento econômico clássico brasileiro, que considera que os custos e restrições para o livre comércio prejudicam o Brasil. No entanto, ao analisar a evolução da estrutura de exportações da Argentina e do Brasil entre 1985 e 2010, os autores encontraram que os mercados dos países em desenvolvimento favoreciam as exportações mais dinâmicas e competitivas da Argentina e do Brasil. No entanto, as exportações da Argentina e do Brasil ao Mercosul eram compostas por manufaturas

mais sofisticadas, enquanto as exportações à Ásia em desenvolvimento eram basicamente recursos naturais e *commodities*. Dessa forma, os autores concluíram que o mercado no qual o Brasil tinha a melhor matriz de competitividade era o Mercosul, onde apenas nesse mercado os produtos com maior valor agregado cresciam em volume e participação nas exportações brasileiras.

A teoria estruturalista da CEPAL, que surgiu em 1949, possui ideias que se mostram presentes até os dias atuais. A existência de estruturas que impõem restrições ao crescimento dos países subdesenvolvidos, a distribuição desigual do progresso técnico entre os países centrais e os países periféricos e a função da periferia em fornecer produtos primários aos países centrais enquanto serve de mercado consumidor para os produtos de mais alta tecnologia, são dinâmicas demonstradas por Martins (2017). Ao analisar a inserção internacional do Brasil, a autora percebeu que o país possuía características de um país periférico, já que é um exportador de produtos de baixa tecnologia e um importador de produtos de alta tecnologia. A exceção ocorre no comércio do Brasil com o Mercosul, onde as importações e as exportações se concentram em categorias de produtos de média a alta tecnologia.

Lima (2018) discutiu alguns dilemas políticos e econômicos a respeito do Mercosul, analisando a viabilidade do Brasil permanecer em uma União Aduaneira Imperfeita ou se o ideal seria retornar a uma Área de Livre Comércio. Com isso, o autor concluiu que continuar com uma União Aduaneira Imperfeita garante benefícios em alguns setores industriais brasileiros, mas pode dificultar a inserção global do País, assim como o acesso a novos mercados mais desenvolvidos. Já retornar a Área de Livre Comércio poderia fazer com que determinados setores perdessem preferências comerciais na região, mas no longo prazo poderia beneficiar o Brasil com um aumento de produtividade diante da maior pressão à indústria interna, além de um potencial aumento da difusão tecnológica.

Relativamente ao setor têxtil, Prato Neto *et al.* (2018) examinaram o desempenho de doze empresas de pequeno porte no ramo de confecções no Rio Grande do Sul para descobrir o papel do investimento em inovação para as empresas conseguirem ocupar uma posição mais competitiva no mercado. A metodologia utilizada foi a aplicação de questionários com os gestores das empresas e posteriormente um tratamento dos dados usando estatística descritiva e cálculos percentuais. Desta maneira, o estudo demonstrou que investir em inovação

impulsionou o desempenho das empresas, fazendo-as alcançar melhores mercados e tornando-as mais competitivas no seu mercado de atuação.

Faria (2016) analisou o processo de globalização e internacionalização da indústria têxtil e a expansão internacional das empresas de varejo do ramo vestuário, tendo como foco os fluxos de comércio internacional dessa indústria no período de 1990 a 2015. Então, o autor encontrou que existe um grande potencial expansionista a nível internacional para as empresas brasileiras, o que traria diversos benefícios para essa indústria. Para que isso se viabilize, é sugerido políticas governamentais que estimulem a cadeia produtiva e o varejo vestuário, além da desburocratização nas relações internacionais de comércio.

Caldeira *et al* (2015) pesquisaram de que forma a cooperação poderia contribuir para aumentar a competitividade das empresas do setor. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória, com entrevistas de profissionais da área e análise de documentos e publicações que refletiam a situação do setor. Então, os autores encontraram que estratégias cooperativas podem ajudar na internacionalização das empresas do setor já que ela pode auxiliar na redução de custos, na evolução tecnológica e na otimização de processos. Apesar disso, existe resistência entre os empresários para a cooperação. Ainda, os entrevistados relataram que o acesso as melhorias tecnológicas são dificultadas pelos impostos, já que a maior parte das máquinas são importadas. Nesse cenário, as empresas Chinesas, principais concorrentes no setor, saem na frente por contarem com incentivos fiscais e baixo custo de mão de obra.

De forma complementar, Bragaglia (2012) destacou que o setor têxtil no Brasil é comprometido pelo aumento da concorrência com empresas estrangeiras, pela alta carga tributária e pelos elevados custos de produzir os produtos no País. De forma geral, as principais barreiras para o País ser mais competitivo estão diretamente relacionadas a questões econômicas e governamentais. Assim sendo, a autora classificou a situação do setor têxtil brasileiro como preocupante.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada combina os conceitos da matriz de competitividade de Fajnzylber e Mandeng e do *Competitiveness Analysis of Nations* (CAN) desenvolvidos em 1991 por Fajnzylber em “*Inserción internacional e innovación institucional*” e Mandeng em “*Competitividad internacional y especialización*”, na Revista da CEPAL. A base de dados foi a TradeCAN da CEPAL, que surgiu dos trabalhos conjuntos dos autores mencionados.

O *Trade Competitive Analysis of Nations* (TradeCAN) é uma aplicação web que implementa a metodologia de análise competitiva apresentada pelos autores supracitados. Ela foi desenvolvida usando HTML, CSS e JQUERY e sua fonte de dados para satisfazer consultas on-line é o COMTRADE (Banco de Dados de Estatísticas de Comércio de Commodities das Nações Unidas). Essa base de dados não tem sido muito utilizada com a finalidade de analisar a competitividade dos países nos últimos anos. Por isso, a proposta de utilizar essa metodologia significa um esforço adicional de pesquisa, operacionalização e verificação do sistema.

O modelo proposto pelos autores deriva da adaptação do *Constant Market Share Analysis* (CMSA), que serve para analisar a competitividade das empresas no mercado mundial. Ou seja, foi ineditamente adaptado para descrever e identificar mudanças no paradigma de competitividade e especialização dos países no comércio mundial. Neste modelo parte-se de uma equação única, reduzida, a um enfoque bidimensional (competitividade setorial e adaptabilidade ao mercado). Como mencionado, a análise baseia-se no conceito e metodologia *Competitive Analysis of Nations* (CAN), segundo os quais, a posição global de uma economia está determinada pela sua competitividade setorial e pela sua capacidade para se adaptar à evolução da estrutura do mercado. O enfoque supõe que a estrutura do mercado é atomística e que cada setor é pequeno o suficiente para não influenciar no padrão global das importações.

A análise mede a participação global de um país nas importações da região de referência como função de fatores estruturais e competitivos. Estes podem ser resumidos em função da competitividade setorial, da capacidade de adaptação às condições do mercado e das vantagens comparativas. Por questão de simplificação, considera-se que as vantagens comparativas são um fator de competitividade e, portanto, estão incorporadas na mesma (Mandeng, 1991).

O método de análise considera a participação das importações de um país em determinado grupo setorial (s_{ij}) e a relevância de dito grupo nas importações do mercado (s_i).

$$S_{ij} = \frac{M_{ij}}{M_i} \quad (1)$$

$$S_i = \frac{M_i}{M} \quad (2)$$

Onde:

i: é um produto ou grupo setorial denominado grupo.

j: é um país.

M: são as importações totais do mercado

A seguir, elabora-se a matriz de competitividade, baseada nas equações (1) e (2), na qual o eixo horizontal mede a evolução dos grupos (Δs_i) e o eixo vertical mede a evolução do país (Δs_{ij}). Desta maneira encontram-se os grupos ascendentes quando $\Delta s_i \geq 0$, e os países competitivos em determinados grupos, quando $\Delta s_{ij} \geq 0$.

Com isso, determina-se o posicionamento dos grupos e a eficiência do país. Ao medir o posicionamento analisam-se de maneira dinâmica todos os grupos exportados pelo país com relação aos grupos importados pelo mercado. Desta forma, o posicionamento é favorável quando os grupos exportados se encontram entre os que tiveram um aumento na demanda do mercado. Já a eficiência mede a participação de um país em um determinado grupo importado pelo mercado. Assim, a eficiência é alta quando aumenta a participação de mercado em um determinado grupo, independentemente se aquele grupo ganhou ou perdeu espaço na demanda do mercado.

Isto posto, foi analisada a composição das exportações combinando os conceitos de eficiência e posicionamento. Tal combinação, que permite identificar quatro situações do padrão de exportações, é chamada pelos autores de matriz de competitividade. As quatro situações são elencadas a seguir:

a) posicionamento favorável e eficiência alta, denominada situação ótima

As exportações que são de situação ótima correspondem à parte do comércio na qual o país se especializa, ou seja, que tem uma vantagem produtiva sobre os

outros oferentes e que, por sua vez, tais grupos tem uma demanda crescente por parte do mercado. Quando um país tem uma grande proporção de suas exportações em situação ótima, significa que é competitivo produtivamente e que está especializado em setores que estão ganhando espaço no mercado.

b) posicionamento desfavorável e eficiência alta; denominada situação de vulnerabilidade

A situação de vulnerabilidade refere-se a que o país está se especializando ou sendo mais competitivo em grupos que estão perdendo dinamismo no mercado. Desta forma, remete a uma situação presente (relativa ao período analisado) com resultado positivo, porém, poderia indicar perspectivas futuras negativas se a diminuição da demanda se reforçar com o tempo.

c) posicionamento favorável e eficiência baixa, denominada oportunidades perdidas

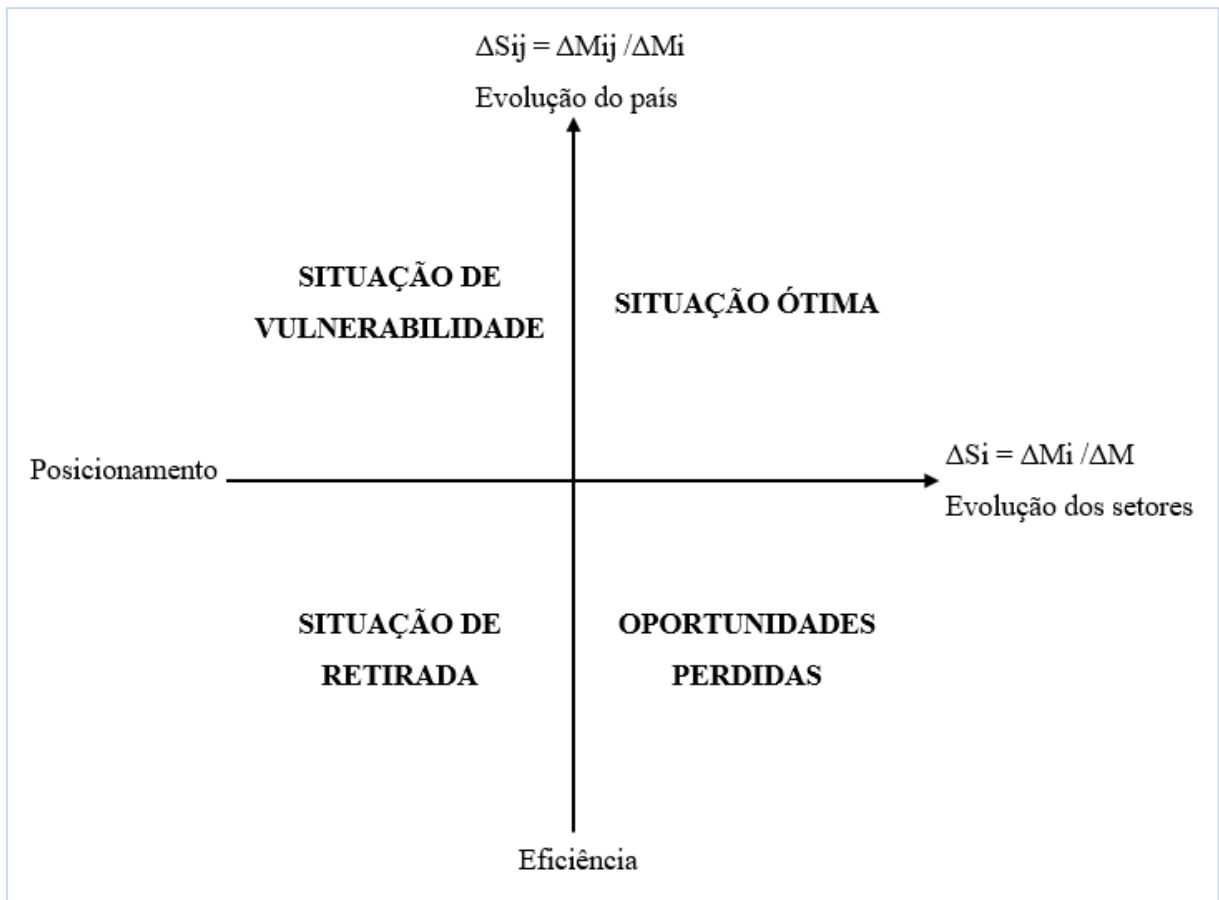
As oportunidades perdidas são as exportações relativas aos grupos que estão se dinamizando em relação à demanda do mercado, mas cuja quota de mercado do país analisado está diminuindo com relação a outros fornecedores. Pode-se dizer que a estrutura de exportações do país nesses grupos não estaria se adaptando às mudanças na estrutura importadora do mercado. Neste caso também é relevante indagar sobre a duração desta tendência, já que se for conjuntural não é preciso uma mudança na orientação do comércio, mas caso persista, é importante reorientar a política comercial para retornar aos níveis de competitividade já alcançados, ou melhorá-los.

d) posicionamento desfavorável e eficiência baixa, denominada situação de retirada

As exportações em situação de retirada refletem os grupos nos quais o país está perdendo quota de mercado e, por sua vez, a demanda destes grupos está decrescendo por parte do mercado analisado. Esta classificação da matriz de competitividade não é sempre negativa, já que poderia estar apresentando uma situação de adaptabilidade por parte da estrutura de exportações do país às mudanças nas importações do mercado.

A Figura 1 ilustra a matriz de competitividade.

Figura 1 – Matriz de competitividade



Fonte: Elaboração própria, a partir da metodologia da CEPAL.

A importância relativa que tem cada posição competitiva da matriz é dada pela estrutura comercial do país. Para isso define-se a variável c_{ij} , que mede a contribuição de cada grupo para um país determinado, em que $c_{ij} = M_{ij}/M_j$. E, por sua vez, as variações de c_{ij} mostram a diversificação de dita estrutura comercial. Sendo $\Delta c_{ij} \geq 0$ quando cresce a contribuição do grupo e $\Delta c_{ij} < 0$ quando diminui. Assim, a especialização de mercado, k , relaciona a contribuição de cada grupo para um país com a estrutura de importações do mercado, no caso em pauta.

Neste estudo, a desagregação foi efetuada considerando a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que tem por base o Sistema Harmonizado (SH), através da classificação de 97 grupos setoriais a 2 dígitos. O período selecionado foi de 1990-2000, 2000-2007 e 2007-2017. Os países analisados foram Brasil e China e os mercados de referência foram Mundo e Mercosul.

Os anos entre as extremidades refletem a série completa disponível no TradeCAN. Os subperíodos relacionam-se, respectivamente, com a década de

implantação do Consenso de Washington na América Latina (1990-2000), a grande expansão dos países asiáticos como consumidores e ofertantes mundiais (2000-2007), e a crise mundial de 2007- 2008 (2007- 2017). Inicialmente a análise englobou todos os 97 grupos setoriais e posteriormente foi feito um recorte apenas para os grupos presentes no setor têxtil e de confecções, conforme disposto na Figura 2.

Figura 2 – Capítulos selecionados para o setor têxtil e de confecções na NCM

Setor têxtil	
Capítulo	Descrição
50	Seda
51	Lã, pelos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina
52	Algodão
53	Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecidos de fios de papel
54	Filamentos sintéticos ou artificiais; lâminas e formas semelhantes de matérias têxteis sintéticas ou artificiais
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas
56	Pastas (<i>ouates</i>), feltros e falsos tecidos; fios especiais; cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria
57	Tapetes e outros revestimentos para pisos (pavimentos), de matérias têxteis
58	Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados
59	Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis
60	Tecidos de malha
Setor de confecções	
Capítulo	Descrição
61	Vestuário e seus acessórios, de malha
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha
63	Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos; artefatos de matérias têxteis, calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, usados; trapos

Fonte: Elaboração própria, dados do BRASIL/MDIC/COMEXSTAT (2019).

A matriz de competitividade relaciona a evolução do padrão comercial de um país com a evolução de seu mercado. Para cada subperíodo da análise é possível visualizar a composição das exportações de cada país através de uma classificação quaternária representada por radiais, que é composta por situação ótima, vulnerável, oportunidade perdida e em retirada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

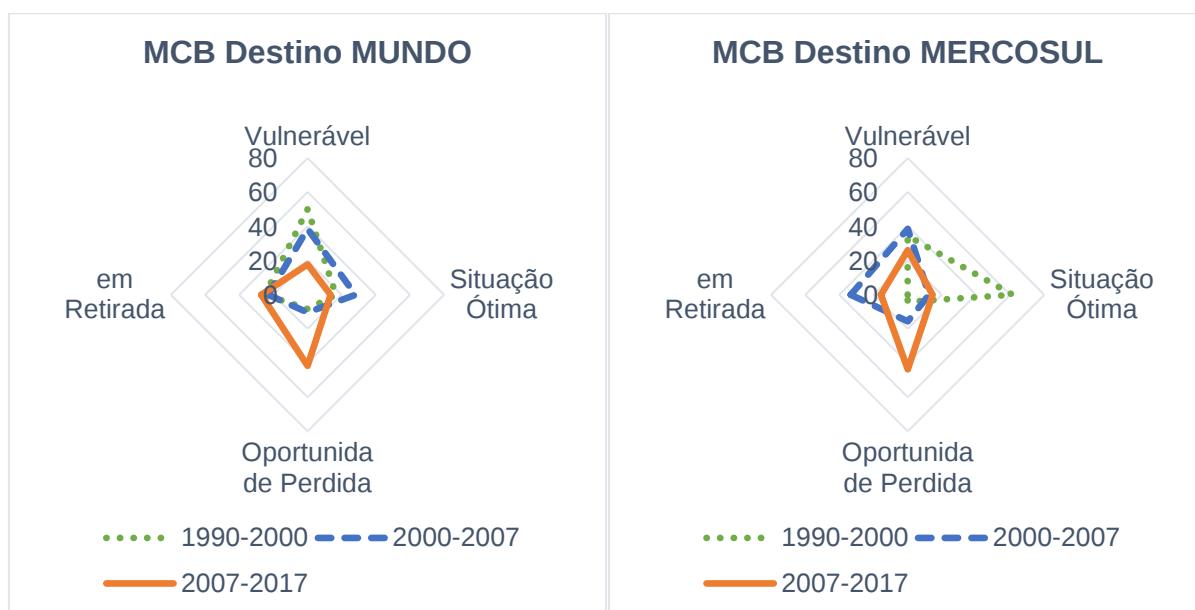
Analisando de maneira conjunta os resultados da matriz de competitividade do Brasil e da China, pode-se chegar a algumas conclusões interessantes. Primeiramente, o Brasil possuía um padrão de inserção externa mais especializado em grupos competitivos (grupos em situação ótima e vulneráveis) do que em grupos dinâmicos (grupos em situação ótima e oportunidades perdidas) até 2007, passando então a possuir uma relação inversa no último subperíodo analisado (2007-2017), independentemente do mercado de referência. Isso implica que inicialmente o Brasil estava adequando sua estrutura de exportações a partir dos grupos nos quais ele era mais competitivo e a partir de 2007 passou a adequar seu perfil de especialização com relação à demanda dos grupos que estavam se dinamizando. Por sua vez, a China possui uma especialização em setores mais competitivos durante todo o período de análise para ambos os mercados de destino, com melhores resultados para o destino Mercosul.

Outro elemento relevante é que as matrizes de ambos os países tiveram, para o mercado Mercosul, seu melhor resultado entre 1990 e 2000, e seu pior resultado entre 2000 e 2007, caracterizados pela porcentagem de grupos em situação ótima. No subperíodo de pior resultado, pode-se observar que parte da queda dos grupos em situação ótima é respondida por um aumento nos grupos vulneráveis, sinalizando que o Brasil e a China não acompanharam as mudanças na estrutura de importações do Mercosul.

Ainda em relação ao Brasil, pode-se observar que durante todo o período analisado ocorre um crescimento significativo de oportunidades perdidas para os destinos Mundo e Mercosul, enquanto a China segue essa dinâmica apenas para o destino Mundo. Isso evidencia que ambos os países não estão acompanhando a demanda crescente do mercado mundial. No entanto, a China destaca-se em relação ao Brasil por acompanhar a demanda crescente do Mercosul.

Os principais resultados para o Brasil, considerando como destino das exportações o Mundo e o Mercosul, são apresentados no Gráfico 1 e Tabela 1.

Gráfico 1 - Matriz de competitividade do Brasil 1990-2017 (por destino, em % das exportações no ano final)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados do TradeCAN, 2019.

Tabela 1 - Matriz de competitividade do Brasil 1990-2017 (por destino, em % das exportações no ano final)

Exportações ao Mundo	1990-2000	2000-2007	2007-2017
Vulnerável	50,00	38,54	17,71
Situação Ótima	16,67	28,13	13,54
Oportunidade Perdida	8,33	10,42	41,67
em Retirada	25,00	22,92	27,08
Dinâmicos	25,00	38,54	55,21
Competitivos	66,67	66,67	31,25
Exportações ao Mercosul	1990-2000	2000-2007	2007-2017
Vulnerável	34,38	38,54	26,04
Situação Ótima	61,46	12,50	14,58
Oportunidade Perdida	4,17	15,63	43,75
em Retirada	0,00	33,33	15,63
Dinâmicos	65,63	28,13	58,33
Competitivos	95,83	51,04	40,63

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados do TradeCAN, 2019.

Na década de 1990, considerando como destino o mundo, o predomínio dos grupos vulneráveis, juntamente com uma elevada porcentagem de grupos em retirada, mostra que o Brasil tinha um perfil de exportações em grupos cuja demanda estava diminuindo, ou seja, grande parte das suas exportações estavam concentradas em grupos pouco dinâmicos (75%, 61% e 45% das exportações de cada subperíodo, respectivamente). O período com pior desempenho foi 1990-2000, onde o País concentrou metade das suas exportações em grupos vulneráveis, ocorrendo uma melhora nos dois períodos subsequentes, onde os grupos vulneráveis reduziram e os grupos em retirada se mantiveram constantes. No entanto, enquanto os grupos vulneráveis reduziam, o grande aumento das oportunidades perdidas demonstrou que o País poderia ter ganhado espaço em alguns mercados que estavam se dinamizando, mas não o fez. Esse processo é mais evidente entre 2007 e 2017, onde as oportunidades perdidas alcançam quase 42% do total exportado. Apesar disso, esse é o único período em que as exportações dinâmicas superam as não dinâmicas.

No estudo de Pena e Herreros (2011), os autores analisaram a matriz de competitividade para o Brasil no período de 1985 a 2000. Com isso, encontraram que a maior parte dos setores que obtiveram êxito em ganhar participação no comércio internacional eram concentrados em produtos com demanda internacional decrescente, o que reforçava uma inserção pouco dinâmica no comércio mundial. Isso implicava que os ganhos de mercado eram concentrados em setores vulneráveis e as perdas nos setores em retirada.

Ainda, Schmidt e Bittencourt (2010) estudaram o perfil tecnológico das exportações brasileiras através da matriz de competitividade, para o período de 1985 a 2004, e encontraram resultados similares a Pena e Herreros (2011). Os autores concluíram que grande parte da concentração das exportações do País se dava em setores estagnados, ou seja, a participação brasileira, em termos de ganho de mercado, ocorria em mercados que cada vez cresciam menos e que estavam abaixo da média de crescimento da demanda mundial. Já nessa pesquisa, a dinâmica presente nesses dois estudos foi encontrada entre 1990 e 2007, mas no último subperíodo analisado (2007-2017) os grupos de oportunidade perdida passaram a superar os vulneráveis, caracterizando um aumento de grupos dinâmicos no País.

Tendo como destino o Mercosul, pode-se notar dinâmicas distintas conforme o subperíodo analisado. Inicialmente, entre 1990 e 2000, o Brasil possui seus melhores resultados, com 61% das suas exportações em situação ótima e quase 96% delas

classificadas como competitivas, uma situação muito superior da que foi apresentada para as exportações com destino Mundo, demonstrando a importância do Mercosul para favorecer a situação exportadora do Brasil. Já entre 2000 e 2007, as exportações em situação ótima passaram a ser de apenas 12,5%, indicando um aumento da demanda do Mercosul em grupos nos quais a oferta brasileira não foi capaz de atender, dado o aumento de quase quatro vezes das oportunidades perdidas. Ainda, a análise dos dados sugere que nesse período o País apresentava uma situação de adaptabilidade da estrutura de exportações às mudanças da demanda do Mercosul, visto que os grupos em retirada foram de 0% entre 1990 e 2000 para 33% entre 2000 e 2007, refletindo que os grupos nos quais o País perdia quota de mercado também estavam tendo sua demanda reduzida por parte do Mercosul.

No último subperíodo analisado, de 2007 a 2017, as oportunidades perdidas alcançam seu maior valor, representando quase 44% dos grupos exportados. Essa situação revela a dificuldade que o Brasil teve em adaptar sua estrutura industrial e sua oferta de exportações à crescente demanda do Mundo e do Mercosul, em particular. Além disso, também dá indícios de que outros países competidores desse mercado ganharam espaço no Mercosul, o que pode ser observado ao se analisar a China. É importante ressaltar que, como demonstrado por Fernández e Curado (2016), em 1990 a quota de mercado do Brasil e da China no Mercosul eram de 42% e 7%, respectivamente. Em 2010, o Brasil participava com 30% e a China com 48%. Assim, fica claro que o Brasil perdeu espaço nesse mercado, enquanto a China ascendeu como sua principal rival.

Dentre os grupos de produtos que o Brasil mais exporta para o Mercosul, o de veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios se destaca por corresponder a mais de 42% do total de exportações que o País realizou para o bloco em 2017. Ainda, esse grupo é caracterizado por estar em situação ótima durante todo o período analisado para o destino Mercosul. Já em relação ao que o Brasil exporta para o Mundo, os grupos que se destacam são minérios, sementes e frutos oleaginosos. O que confirma o fato das exportações para o Mercosul serem caracterizadas por possuírem maior valor agregado (TradeCAN, 2019).

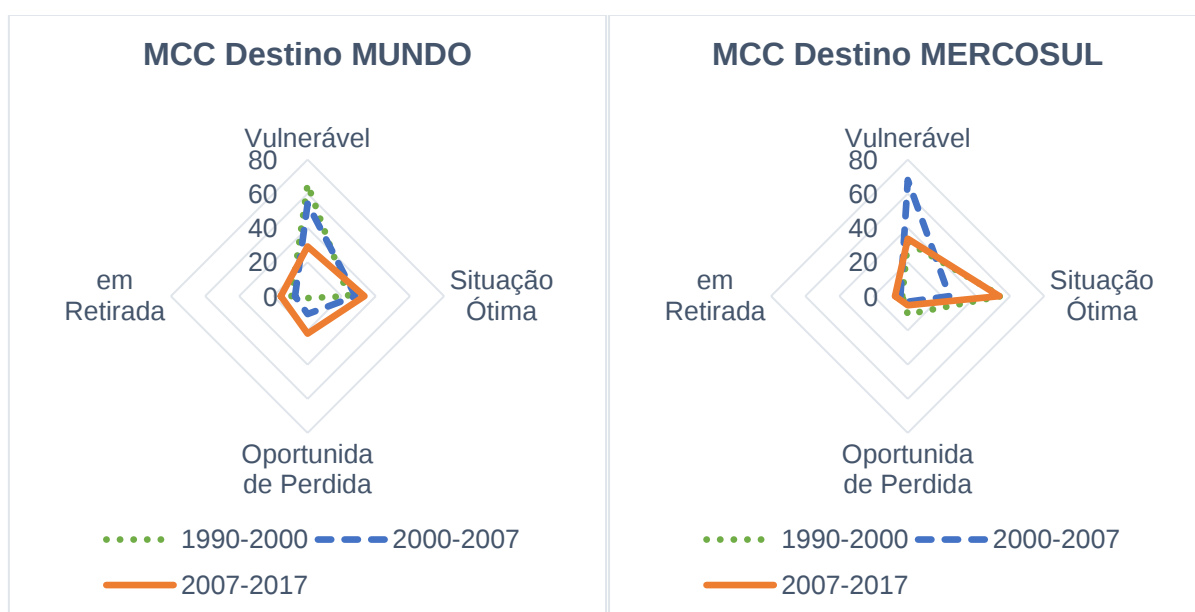
Como demonstrado por Zilli, Scarduelli Neto e Vieira (2016), a relação bilateral da Argentina e do Brasil que sustenta o bloco, sendo fortemente baseada em veículos automotores. No entanto, tal relação é considerada de risco, pois está sujeita às

mudanças nesse setor, o que abalaria fortemente toda a economia do Mercosul e, consequentemente, a de toda América do Sul. Ainda mais porque a produção dos veículos brasileiros é feita parte na Argentina e parte no Brasil.

Ainda, é importante ressaltar que, considerando os ganhos para a balança comercial, o Brasil é o que mais se beneficia do comércio intrabloco. De acordo com os dados do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM), desde 2004 o País apresentou apenas *superávits* comerciais com o bloco. No entanto, esses *superávits* acumulados pelo Brasil geram desconforto nos demais membros do bloco, o que não favorece a sustentabilidade das trocas comerciais no longo prazo (GMM, 2019).

Os principais resultados para a China, considerando como destino das exportações o Mundo e o Mercosul, são apresentados no Gráfico 2 e Tabela 2.

Gráfico 2 - Matriz de competitividade da China 1990-2017 (por destino, em % das exportações no ano final)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados do TradeCAN, 2019.

Tabela 2 - Matriz de competitividade da China 1990-2017 (por destino, em % das exportações no ano final)

Exportações ao Mundo	1990-2000	2000-2007	2007-2017
Vulnerável	65,63	54,17	29,17
Situação Ótima	23,96	28,13	33,33
Oportunidade Perdida	1,04	10,42	21,88
em Retirada	9,38	7,29	15,63
Dinâmicos	25,00	38,54	55,21
Competitivos	89,58	82,29	62,50
Exportações ao Mercosul	1990-2000	2000-2007	2007-2017
Vulnerável	31,58	68,09	33,68
Situação Ótima	54,74	24,47	53,68
Oportunidade Perdida	10,53	3,19	5,26
em Retirada	3,16	4,26	7,37
Dinâmicos	65,26	27,66	58,95
Competitivos	86,32	92,55	87,37

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados do TradeCAN, 2019.

Quando a China tem como destino o Mundo, pode-se observar que os grupos vulneráveis são predominantes até 2007, porém possuem uma tendência decrescente e finalizam representando 29% das exportações em 2017. Assim como o Brasil, a China possui uma alta porcentagem de grupos pouco dinâmicos. No entanto, as exportações chinesas são mais competitivas, chegando a alcançar 90% das exportações na década de 1990. O subperíodo com melhor resultado foi entre 2007 e 2017, onde 33% das exportações estavam em situação ótima. Apesar disso, um aumento das oportunidades perdidas e em retirada fizeram essa ser a época menos competitiva para o país, onde apenas 62% das exportações se enquadravam nesse perfil.

Já quando o destino chinês é o Mercosul, visualiza-se uma ótima situação, onde a composição das exportações se concentra em setores cujo posicionamento chinês é positivo, representado pelo alto valor de grupos competitivos (maior que 86% em todos os períodos analisados). Apesar das situações ótimas terem sido relevantes entre 1990 e 2000, o subperíodo seguinte se caracteriza por uma forte expansão dos vulneráveis, absorvendo uma grande redução das exportações em situação ótima.

Isso indica que a China estava sendo mais competitiva em grupos que estavam perdendo dinamismo no Mercosul. No entanto, essa diminuição da demanda não se reforçou com o tempo e as situações ótimas alcançaram novamente quase o mesmo patamar da década de 1990 no último subperíodo analisado (2007 a 2017). Ainda, as oportunidades perdidas e em retirada não foram significativas nos períodos observados, motivo pelo qual a China não estaria perdendo participação de mercado nos grupos em que se especializa.

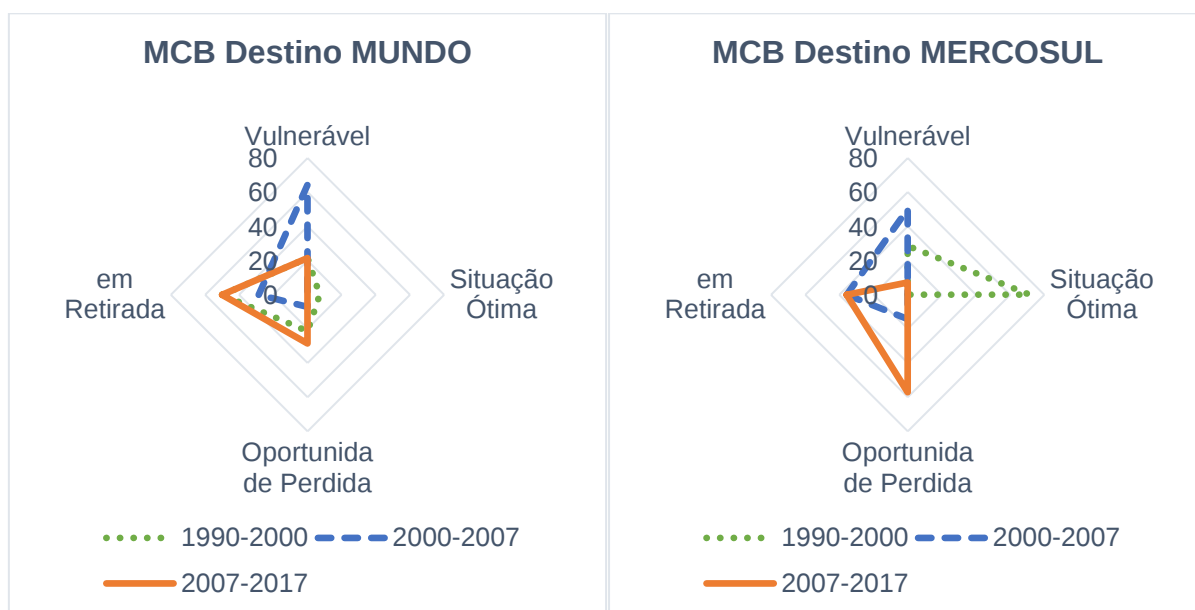
Ainda, diferente do que foi observado para o Brasil, ao se analisar os grupos mais exportados pela China para o Mundo e para o Mercosul, observa-se que o grupo de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes é predominante para ambos os destinos, representando em média 33% de suas exportações em 2017. Isso demonstra que as exportações chinesas são voltadas para bens de maior valor agregado, independente do mercado de destino.

Analisando especificamente o setor têxtil e de confecções, pode-se observar que para o destino Mundo, o Brasil possui uma matriz composta majoritariamente por grupos não dinâmicos, enquanto para o Mercosul, esses grupos são classificados em grande parte como competitivos entre 1990 e 2007 e como dinâmicos entre 2007 e 2017. Esse aspecto é muito importante, pois demonstra o impacto positivo do Mercosul sobre a demanda do setor têxtil e de confecções brasileiro, sendo um mercado benéfico à matriz de exportações do País.

Já a China possui uma maior porcentagem de grupos do setor têxtil e de confecções em situação competitiva para ambos os mercados de destino. No entanto, a competitividade com destino Mercosul possui maior porcentagem de grupos em situação ótima, significando que esse destino também é mais positivo para China.

Os principais resultados para o Brasil, considerando como destino das exportações o Mundo e o Mercosul e considerando apenas o setor têxtil e de confecções, são apresentados no Gráfico 3 e Tabela 3.

Gráfico 3 - Matriz de competitividade do Brasil 1990-2017 para o setor têxtil e de confecções (por destino, em % das exportações no ano final)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados do TradeCAN, 2019.

Tabela 3 - Matriz de competitividade do Brasil 1990-2017 para o setor têxtil e de confecções (por destino, em % das exportações no ano final)

Exportações ao Mundo	1990-2000	2000-2007	2007-2017
Vulnerável	21,43	64,29	21,43
Situação Ótima	7,14	0,00	0,00
Oportunidade Perdida	21,43	7,14	28,57
em Retirada	50,00	28,57	50,00
Dinâmicos	28,57	7,14	28,57
Competitivos	28,57	64,29	21,43
Exportações ao Mercosul	1990-2000	2000-2007	2007-2017
Vulnerável	28,57	50,00	7,14
Situação Ótima	71,43	0,00	0,00
Oportunidade Perdida	0,00	14,29	57,14
em Retirada	0,00	35,71	35,71
Dinâmicos	71,43	14,29	57,14
Competitivos	100,00	50,00	7,14

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados do TradeCAN, 2019.

Quando o destino das exportações brasileiras é o Mundo, a situação brasileira quando se foca no setor têxtil e de confecções é menos favorável ainda. O predomínio em grupos pouco dinâmicos continua alcançando porcentagens ainda maiores (71%, 93% e 71% das exportações de cada subperíodo, respectivamente). Isso ocorreu porque a demanda do Mundo pela maioria dos grupos apresentou queda constante durante todos os períodos analisados. Dessa forma, o Brasil respondeu a essa diminuição na demanda de duas formas: na década de 1990 e entre 2007 e 2017, o País diminui sua oferta em alguns grupos, adequando metade da suas exportações às mudanças nas importações do Mundo, o que é demonstrado pelos grupos em retirada; já entre 2000 e 2007 o Brasil aumentou sua oferta mesmo nos grupos com demanda decrescente, fazendo os grupos vulneráveis alcançarem 64% das exportações.

Rios (2018) analisou as transformações da indústria têxtil após a abertura comercial brasileira da década de 1990. Encontrou que o aumento das importações de produtos têxteis asiáticos levou a uma desestruturação da cadeia produtiva têxtil e a uma diminuição da importância desse setor para a indústria nacional. Isso porque o governo brasileiro renunciou a uma política protecionista em prol da abertura comercial e o setor têxtil sofreu os impactos da ascensão de novas potências, principalmente a China, em seu mercado interno. Nesse cenário, o Brasil possuía um alto custo de produção, quando comparado aos países asiáticos, além de não possuir uma estratégia competitiva específica para o setor. De fato, a indústria têxtil, que desde seu início contou com o apoio e proteção governamental, não teve uma resposta rápida o suficiente para conter os efeitos do aumento de importações.

Ainda é importante destacar que a balança comercial têxtil do Brasil foi deficitária entre 1997 e 2000, teve um breve *superávit* entre os anos de 2001 e 2005 e então se aprofunda em um *déficit* crescente desde 2006, tendo alcançado um saldo negativo de mais de 4 bilhões de dólares em 2018. Isso demonstra que o setor têxtil e de confecções não teve, ao longo do tempo, o devido apoio a fim de alcançar maiores níveis de exportação (ABIT, 2019).

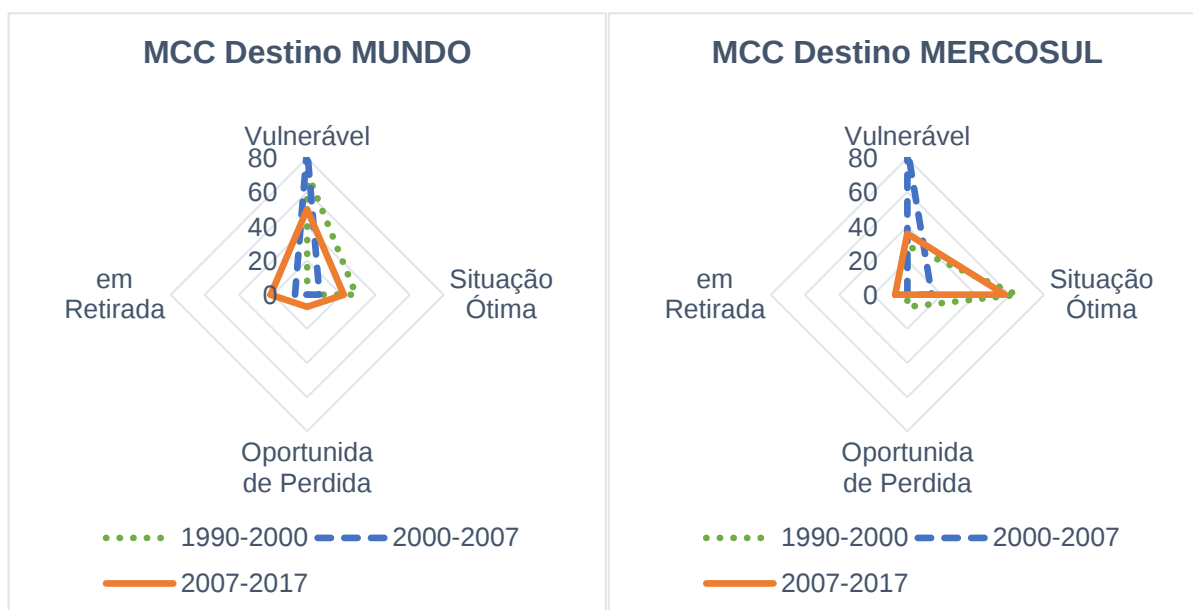
Com destino Mercosul, no subperíodo entre 1990 e 2000 se encontra o melhor resultado, onde 71% das exportações do setor têxtil e de confecções estavam em situação ótima, indicando que, de forma geral, o País tinha uma vantagem produtiva em grupos que possuíam uma demanda crescente por parte do Mercosul. No entanto, ao se observar os índices de especialização, pode-se encontrar que apesar dos

grupos 54 (filamentos sintéticos ou artificiais; lâminas e formas semelhantes de matérias têxteis sintéticas ou artificiais) e 62 (vestuário e seus acessórios, exceto de malha) estarem em situação ótima por possuírem um aumento da oferta brasileira juntamente com aumento da demanda do mercado, o País não possui vantagem comparativa nesses grupos em 2000, significando que apesar de estar aumentando a oferta, o Mercosul ainda estava importando um baixo volume do setor têxtil e de confecções do Brasil, quando comparado às importações totais do Mercosul.

No subperíodo de 2000 a 2007, os vulneráveis são predominantes, representando metade das exportações, porque o Brasil aumentou sua oferta em grupos que estavam perdendo demanda, como o 54 (filamentos sintéticos ou artificiais; lâminas e formas semelhantes de matérias têxteis sintéticas ou artificiais), 56 (pastas, feltros e falsos tecidos; fios especiais; cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria) e 59 (tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados; artigos para usos técnicos de matérias têxteis). Dinâmica também presente na China. Já entre 2007 e 2017, os mesmos grupos citados anteriormente, juntamente com outros, voltaram a se dinamizar enquanto o Brasil reduziu sua oferta, fazendo os grupos de oportunidades perdidas chegarem a 57% das exportações.

Os principais resultados para a China, considerando como destino das exportações o Mundo e considerando apenas o setor têxtil e de confecções, são apresentados no Gráfico 4 e Tabela 4.

Gráfico 4 - Matriz de competitividade da China 1990-2017 para o setor têxtil e de confecções (por destino, em % das exportações no ano final)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados do TradeCAN, 2019.

Tabela 4 - Matriz de competitividade da China 1990-2017 para o setor têxtil e de confecções (por destino, em % das exportações no ano final)

Exportações ao Mundo	1990-2000	2000-2007	2007-2017
Vulnerável	71,43	85,71	50,00
Situação Ótima	28,57	7,14	21,43
Oportunidade Perdida	0,00	0,00	7,14
em Retirada	0,00	7,14	21,43
Dinâmicos	28,57	7,14	28,57
Competitivos	100,00	92,86	71,43
Exportações ao Mercosul	1990-2000	2000-2007	2007-2017
Vulnerável	28,57	85,71	35,71
Situação Ótima	64,29	14,29	57,14
Oportunidade Perdida	7,14	0,00	0,00
em Retirada	0,00	0,00	7,14
Dinâmicos	71,43	14,29	57,14
Competitivos	92,86	100,00	92,86

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados do TradeCAN, 2019.

Com destino Mundo, assim como na análise de todos os setores em conjunto, ao se fazer um recorte para o setor têxtil e de confecções os grupos vulneráveis continuam sendo predominantes, porém essa tendência segue durante todo o período

analisado e sem decrescer. Como reflexo do alto número de grupos vulneráveis, as exportações chinesas desse setor são mais competitivas (grupos em situação ótima e vulneráveis), chegando a alcançar 100% das exportações na década de 1990. Essa foi a melhor época para a China, sinalizada também pela maior porcentagem de grupos em situação ótima (29%). No entanto, o aumento constante dos grupos em retirada, que chegou a 21% das exportações no último período observado (2007 a 2017), demonstra seu impacto na diminuição constante de grupos competitivos da China.

Com o setor têxtil e de confecções tendo como destino o Mercosul, a queda de competitividade presente no destino Mundo não é mais encontrada. Para o Mercosul, os grupos competitivos representaram 93%, 100% e 93% das exportações chinesas em cada subperíodo analisado, respectivamente. De forma geral, a dinâmica presente nesse setor é similar à análise feita de todos os setores para o destino Mercosul. As situações ótimas são predominantes, com exceção do subperíodo de 2000 a 2007, onde ocorreu aumento dos grupos vulneráveis, que absorveu a redução das situações ótimas, indicando uma alteração pontual na demanda do Mercosul, similarmente ao que ocorreu no Brasil. No entanto, a China se encontra em ótima posição, o que é confirmado ao se observar os índices de especialização, onde o único grupo no qual o país não possuía vantagem comparativa em 2017 era o 51 (lã, pelos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina). Comparativamente, o Brasil possuía vantagem comparativa em apenas 43% dos grupos presentes no setor têxtil e de confecções nesse mesmo ano, enquanto a China possuía em 93% dos grupos. Por fim, as oportunidades perdidas e em retirada não tiveram valores significativos, demonstrando o sucesso da tática chinesa em focar sua oferta em grupos nos quais detém maior competitividade.

5 CONCLUSÕES

Levando em conta a importância da competitividade do setor têxtil e de confecções para o Brasil e a liderança chinesa no setor, essa pesquisa teve como principal objetivo analisar o impacto do mercado chinês na competitividade das exportações brasileiras de têxteis e confecções no comércio com os países do Mercosul entre os anos de 1997 e 2007.

Com base nas informações abordadas nesse estudo, pode-se concluir que a matriz de competitividade se trata de uma excelente ferramenta para mensurar em que medida ocorre a convergência ou divergência do padrão de exportação do Brasil e da China em relação aos mercados analisados.

Em relação aos resultados da matriz de competitividade, pôde-se observar que entre 1997 e 2007, o Brasil mostrou um padrão de inserção externa mais especializado em grupos competitivos, no entanto, ela era caracterizada por ocorrer em grupos com demanda decrescente. Já entre 2007 e 2017, o País teve uma predominância em grupos dinâmicos, onde ele poderia ter ganho espaço em alguns mercados que estavam se dinamizando, mas não o fez. Mas a China indicou uma especialização em setores mais competitivos durante todo o período de análise, e assim como o Brasil, alcançou melhores resultados para o destino Mercosul, demonstrando a importância desse mercado para favorecer a situação exportadora dos países.

Especificamente para o setor têxtil e de confecções, ficou evidente que o Brasil perdeu espaço de mercado enquanto a China o ganhou. Refletindo que o aumento das importações de produtos têxteis e de confecções chineses levou a uma desestruturação da cadeia produtiva do setor e a uma diminuição da importância dele para a indústria nacional, principalmente quando o destino é o Mercosul.

Como enfatizado pelas teorias apresentadas no trabalho, para que o Brasil supere sua condição de país periférico, investimentos em P&D devem ser realizados no intuito de alterar a composição da pauta de importação e exportação brasileira possibilitando assim o desenvolvimento econômico. Ainda, é fundamental o contato com economias mais desenvolvidas para absorver novas tecnologias e métodos de produção. Dessa forma, sugere-se políticas governamentais de fomento à internacionalização e ao comércio exterior.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. Prébisch-Cepal: revisitando o “Manifesto de Havana”. *Econ. soc.*, Campinas, v. 27, n. 1, p. 29-59, abr. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182018000100029&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 abr. 2019.

ARAÚJO, C. G. D; DIEGUES, Antônio Carlos. Uma análise dos processos de catching up chinês e falling behind brasileiro na perspectiva da integração às cadeias globais de valor de valor: subtítulo do artigo. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 814-847, jan./2019. Disponível em: <<http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/view/1001>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). *Indústria têxtil e de confecção brasileira: cenários, desafios, perspectivas, demandas*. Brasília, jun 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). *Perfil do Setor*. Disponível em: <<http://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO (ABIT). *Comércio Exterior*. Disponível em: <<https://www.abit.org.br/cont/dados-comercio-exterior>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

BEKERMAN, Marta; DULCICH, Federico; MONCAUT, Nicolás. La emergencia de China y su impacto en las relaciones comerciales entre Argentina y Brasil: subtítulo do artigo. *Revista Problemas del Desarrol.* v. 45, n. 198, p. 55-82, jan/mar. 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301703614708508>>. Acesso em: 17 mai. 2019.

BIELSCHOWSKY, R.; RIBEIRO, V. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Volumes 1 e 2. [s.l.]: CEPAL, 2000.

BONELLI, R.; PINHEIRO, A.C. Competitividade e desempenho industrial: além do câmbio. FGV/IBRE (*Texto para Discussão*), 2012.

BRASIL/ MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC). *Alice Web*. Disponível em: <www.aliceweb.mdic.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BRASIL/ MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC)/ (COMEX STAT). *Comex Stat*. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br>>. Acesso em: 26 maio 2019.

BRASIL/ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). *Mercosul*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-br/politica-externa/integracao-regional/686-mercosul>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

BRAGAGLIA, Letícia. Maior polo têxtil do Brasil sofre com a concorrência dos chineses. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 15 de jan. 2012. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,maior-polo-textil-do-brasil-sofre-com-a-concorrenca-dos-chineses,99446e>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 103-121, maio/ago. 2016.

CALDEIRA, A. et al. Estratégias de cooperação para a competitividade no setor têxtil brasileiro. *Revista alcance*, Eletrônica, v. 22, n. 3, p. 333-348, jul./set. 2015. Disponível em: <www.univali.br/periodicos>. Acesso em: 13 nov. 2018.

CASTELLS, M. *Sociedade em rede*. São Paulo, 2011.

COELHO, J. R. R. *Índice Fiesp de Competitividade das Nações (IC-Fiesp)*. São Paulo: Fiesp, 2005.

CONTI, Bruno de; BLIKSTAD, Nicholas. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser. *Texto para Discussão*. Unicamp. IE, Campinas, n. 292, abr. 2017.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. (Coords.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. 4a ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.

DE NEGRI, J. A.; SALERNO, M. S.; CASTRO, A. B. *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*. Brasília: Ipea, 2005.

DIAS, Marcelo Francisco. *Do estruturalismo da CEPAL à teoria da dependência: continuidades e rupturas do desenvolvimento periférico*. 2012. Dissertação (Mestrando em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.

DURAND, Martine; GIORNO, Claude. Indicators of international competitiveness: conceptual aspects and evaluation. *OECD journal: economic studies*, Paris, v. 9, p. 147-182, 1987. Disponível em: <<http://search.oecd.org/eco/outlook/33841783.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

FAJNZYLBBER, F. Reflexiones sobre la industrialización exportadora del Sudeste Asiático. *Revista de la CEPAL*, Santiago del Chile, 1981.

FAJNZYLBBER, F. Competitividade Internacional, Evolucion y Leccione, *Revista de la CEPAL*, nº 36, dic, Santiago do Chile, 1988.

FAJNZYLBBER, F. “Inserción internacional e innovación institucional”. *Revista de la CEPAL*, Santiago del Chile, 1991.

FARIA, Daniel Silva. *A internacionalização e globalização produtiva na indústria de confecções: um estudo sobre a ascensão de empresas globais no período 1990-2015 e seus impactos sobre a cadeia têxtil vestuário no Brasil*. Monografia. Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FERNÁNDEZ, V.L.; CURADO, M.L. O impacto dos mercados emergentes na competitividade das exportações argentinas e brasileiras. Encontro Nacional de Economia, 44, 2016, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: ANPEC, 2016.

FERRER, A. Raúl Prébisch y el dilema del desenrolo en el mundo global. *Revista de la Cepal*, 101, Santiago del Chile, 2010.

GARELLI, S. Competitiveness of nations: the fundamentals. *International Institute for Management Development*, 2002.

GRUPO DE MONITORAMENTO MACROECONÔMICO. *Séries temporais*. Disponível em: <https://www.gmm-mercosul.org/selecionarTema>. Acesso em: 3 jul. 2019.

GUIMARÃES, E. P. Competitividade internacional: conceitos e medidas. *Estudos em Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, v. I, n. 3, p. 1-25, 1997.

HIRATUKA, Celio. Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL. *Texto para Discussão Unicamp*, Campinas, n. 339, p. 1-20, mai. 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND (FMI). *Brighter Prospects, Optimistic Markets, Challenges Ahead*. Jan 2018.

KELLER, Paulo Fernandes. Impactos da globalização econômica sobre a cadeia têxtil brasileira: O caso do polo têxtil de Americana (SP). *Revista Universidade Rural*, Série Ciências Humanas. Seropédica, RJ, EDUR, v. 28, n. 1, p. 59-77, Jan.-dez., 2006.

KRUGMAN, P. Making sense of the competitiveness debate. *Oxford Review Economic Policy*, v. 12, n. 3, 1996.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. *Economia industrial – fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2013.

LIMA, Jean Santos. O MERCOSUL é uma “camisa de força” para o Brasil? Dilemas brasileiros e a importância do bloco sul-americano para as exportações industriais. *Conjuntura internacional*, [S.l.], v. 15, n. 1, p. 23-32, ago. 2018.

LIMA, M.G.; LÉLIS, M.T.C. Comércio internacional e competitividade no Brasil: um estudo comparativo utilizando a metodologia Constant-market-share para o período de 2000-2011. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.24, n.2 (54), p.419-448, ago 2015.

MARTINS, Isabella Oliveira. Análise do componente tecnológico das importações e exportações brasileiras para os BRICS, Estados Unidos, Mercosul e União Europeia: 2007-2010. *Revista Debate Econômico*, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 47-65, jul/dez. 2019.

MCKINSEY & COMPANY. *Urban world: the cities and the rise of consuming class*. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/featured-insights/urbanization/urban-world-cities-and-the-rise-of-the-consuming-class>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

MEDEIROS, A. P. D; CORONEL, Daniel Arruda; BENDER FILHO, Reisoli. Análise dos Impactos Econômicos nas Macrorregiões brasileiras dos Acordos de Liberalização Comercial entre Brasil e China. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 1, n. 39, p. 346-373, abr./2018.

MENDONÇA, Talles Girardi; SILVA, Fabianna Kenia. Evolução do comércio bilateral entre Brasil e China: análise das relações comerciais. *Economia e Desenvolvimento*, [S.l.], jan. 2018. ISSN 2595-833X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/23870>>. Acesso em: 15 abr. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/1414650923870>.

MUNARI, Paulo Henrique; CABRAL, Fábio Luís. A influência do estruturalismo e da teoria da dependência no cenário político e econômico brasileiro da nova república. *Revista história, movimento e reflexão*, São Paulo, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://revistadigital.unibarretos.net/index.php/historia/article/view/101>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

NALEBUFF, B.J.; BRANDENBURGER, A.M. *Co-operação*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

OECD. *Glossary*. Disponível em: <<https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?id=399>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

OLAVE, M.E.L.; AMATO NETO, J. A formação de redes de cooperação e clusters em países emergentes: uma alternativa para PMEs no Brasil. In: AMATO NETO, João. *Rede entre organizações: domínio do conhecimento e da eficácia operacional*. São Paulo: Atlas, 2005.

PENA, H. W. A; HERREROS, M. M. A. G. O tradecan na avaliação estrutural do comércio internacional: o caso Brasileiro e Sul-Coreano. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*. n. 153, 2011.

PRADO, L. C. D; TORRACA, Julia Ferreira; SILVA, J. C. A. D. L. E. Um novo olhar sobre um Antigo Debate: A tese de Prebisch-Singer é, ainda, válida? *Instituto de Economia UFRJ: Textos para Discussão* 3, 2014. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2014/TD-IE-003-2014.pdf>> Acesso em: 21 ago. 2019.

PRATO NETO, C. R. P. et al. Análise de Processos Inovativos: Estudo de Caso em Duas Regiões do Setor de Confecções do Sul do Brasil. *Iberoamerican Journal of Industrial Engineering*, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 199-210, 2018.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

RIOS, Mehadi Cunha. *A indústria têxtil nacional uma análise das transformações do setor após a abertura comercial dos anos 1990*. Monografia - Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

RODRÍGUEZ, O. *A teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1981.

SALAMA, Pierre. China-Brasil: industrialização e “desindustrialização precoce”. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 229-251, jan./jun. 2012.

SARAIVA, Renato; SCHERER, Caroline. Os impactos da inserção da China na América do Sul sobre as relações Brasil-Argentina e o Mercosul (2011- 2014). *Revista Conjuntura Global*, [S.L], v. 7, n. 1, p. 6-18, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/download/46294/35437>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

SCHMIDT, Ricardo; BITTENCOURT, M. V. L. O perfil tecnológico das exportações brasileiras: uma análise prospectiva para o período 1985-2004. *Economia & Tecnologia*. v. 06, n. 22, jul./set. 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TEXBRASIL. *Programa de Internacionalização da Indústria Têxtil e de Moda Brasileira*. Disponível em: <<http://texbrasil.com.br/pt/texbrasil/>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

VIEIRA, Emardi Feijó. Competitividade: da crítica de Krugman aos modelos de análise do IAD e do IMD. *Revista de negócios, blumenau*, Blumenau, v. 7, n. 2, p. 33-39, abr./jun. 2002.

WOOD JR, T.; CALDAS, M.P. Empresas brasileiras e o desafio da competitividade. *RAE*, v.47, n.3, jul/set 2007.

WORLD BANK GROUP. *Doing Business*. Disponível em: <<https://datacatalog.worldbank.org/dataset/doing-business>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Competitiveness Index 4.0*. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2018/competitiveness-rankings/>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

ZILLI, Julio Cesar; SCARDUELLI NETO, Valdir; VIEIRA, A. C. P. A balança comercial do Brasil e do estado de Santa Catarina com o Mercosul: uma análise histórico-descritiva. *RECC – Revista Eletrônica Científica do CRA-PR*. v. 3, n. 1, p. 44-61, 2016.

**APÊNDICE A - GRUPOS MAIS EXPORTADOS PELO BRASIL PARA O MUNDO,
EM 2000 E 2017 (EM % DA CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO)**

2000		2017	
Capítulo	%	Capítulo	%
26 - Minérios, escórias e cinzas	7,844	26 - Minérios, escórias e cinzas	14,551
84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	7,082	12 - Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; etc	10,712
87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	6,478	27 - Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	9,057
72 - Ferro fundido, ferro e aço	5,59	87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	5,551
88 - Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes.	5,279	72 - Ferro fundido, ferro e aço	5,022
12 - Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; etc	4,909	02 - Carnes e miudezas, comestíveis	4,988
23 - Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais	4,773	84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	4,435
85 - Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; etc	4,127	47 - Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar	4,156
09 - Café, chá, mate e especiarias	3,955	17 - Açúcares e produtos de confeitaria	3,483
47 - Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar	3,692	09 - Café, chá, mate e especiarias	3,112

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados do TradeCAN, 2019.

APÊNDICE B - GRUPOS MAIS EXPORTADOS PELO BRASIL PARA O MERCOSUL, EM 2000 E 2017 (EM % DA CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO)

2000		2017	
Capítulo	%	Capítulo	%
87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	18,516	87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	42,127
85 - Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; etc	11,745	84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	10,135
84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	11,597	39 - Plásticos e suas obras	4,379
39 - Plásticos e suas obras	5,307	72 - Ferro fundido, ferro e aço	4,271
48 - Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	4,868	85 - Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; etc	3,521
72 - Ferro fundido, ferro e aço	2,855	48 - Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	2,686
29 - Produtos químicos orgânicos	2,682	40 - Borracha e suas obras	2,458
40 - Borracha e suas obras	2,577	26 - Minérios, escórias e cinzas	1,925
73 - Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2,19	38 - Produtos diversos das indústrias químicas	1,652
26 - Minérios, escórias e cinzas	2,142	64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes; suas partes	1,425

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados do TradeCAN, 2019.

**APÊNDICE C - GRUPOS MAIS EXPORTADOS PELA CHINA PARA O MUNDO,
EM 2000 E 2017 (EM % DA CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO)**

2000		2017	
Capítulo	%	Capítulo	%
85 - Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; etc	21,001	85 - Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; etc	34,025
84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	11,681	84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	18,766
95 - Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte; suas partes e acessórios	7,626	94 - Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; etc	3,492
62 - Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	6,522	95 - Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte; suas partes e acessórios	3,056
61 - Vestuário e seus acessórios, de malha	5,155	90 - Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia; etc	2,83
64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes; suas partes	4,788	39 - Plásticos e suas obras	2,803
94 - Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; etc	3,681	62 - Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	2,751
42 - Obras de couro; artigos de correeiro ou de seleiro; artigos de viagem; etc	3,591	61 - Vestuário e seus acessórios, de malha	2,603
90 - Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia; etc	2,907	87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	2,284
39 - Plásticos e suas obras	2,874	73 - Obras de ferro fundido, ferro ou aço.	2,26

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados do TradeCAN, 2019.

**APÊNDICE D - GRUPOS MAIS EXPORTADOS PELA CHINA PARA O
MERCOSUL, EM 2000 E 2017 (EM % DA CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO)**

2000		2017	
Capítulo	%	Capítulo	%
85 - Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; etc	23,644	85 - Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; etc	32,345
84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	15,901	84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	17,02
95 - Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte; suas partes e acessórios	8,533	29 - Produtos químicos orgânicos	7,226
29 - Produtos químicos orgânicos	7,681	87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	4,262
90 - Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia; etc	4,419	39 - Plásticos e suas obras	2,735
87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	2,908	95 - Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte; suas partes e acessórios	2,357
27 - Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais	2,823	90 - Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia; etc	2,353
64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes; suas partes	2,735	38 - Produtos diversos das indústrias químicas	1,951
62 - Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	2,711	94 - Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; etc	1,808
42 - Obras de couro; artigos de correeiro ou de seleiro; artigos de viagem; etc	2,6	73 - Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1,798

Fonte: Elaboração própria, a partir dos resultados do TradeCAN, 2019.